

Professora Cláudia Soares

O MUNDO GREGO

A civilização grega tem grande importância na formação cultural e política do Ocidente. Os gregos foram os primeiros a falar em **DEMOCRACIA**, o “governo do povo”.

ORIGENS DA CIVILIZAÇÃO GREGA

2.1 A CIVILIZAÇÃO CRETO-MICENICA

As origens do Mundo Grego remontam os tempos da Civilização Cretense, uma fascinante sociedade desenvolvida a partir da Ilha de Creta - a maior ilha do Mar Egeu - por volta do ano 2000 a.C. Os cretenses possuíam uma grande habilidade para a navegação e para o comércio, tendo estabelecido contatos com a Mesopotâmia e o Egito, dentre outras sociedades da antiguidade oriental, tal experiência influenciou bastante no aprimoramento das artes em geral na Ilha, outra de suas grandes características.

Até o século XV a.C., os cretenses exerceram uma completa hegemonia na região do Mar Egeu, construindo um sistema de saneamento complexo e um patrimônio cultural bastante apreciável, contudo, no que diz respeito a defesa ou a capacidade bélica de Creta, estas seria insuficientes, tornando-se vulnerável a invasão de inimigos exteriores, como ocorreria nos séculos seguintes.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Concentrou-se ao sul da Península Balcânica, nas ilhas do Mar Egeu e no litoral da Ásia Menor.



1 – CARACTERÍSTICAS GERAIS:

Território acidentado;
Desenvolvimento do comércio e navegação;
Descentralização política (Cidade-Estado);
Modo de produção escravista;
Contribuições nas artes, ciências e filosofia (formadores da CULTURA OCIDENTAL).

2 – FASES DA HISTÓRIA:

- Período Pré-Homérico (2800 – 1100 a.C.) – povoamento da Grécia.
- Período Homérico (1100 – 800 a.C) - poemas *Iliada* e *Odisséia*.
- Período Arcaico (800 – 500 a.C) - formação da pólis (cidade-Estado).
- Período Clássico (500 – 336 a.C) - auge da pólis.
- Período Helenístico (336 – 146 a.C) - decadência da pólis/ domínio Macedônico.

3 – PERÍODO PRÉ-HOMÉRICO:

Civilização Creto-Micênica (cretenses + aqueus);
Cretenses: comércio marítimo, talassocracia (poder nas

mãos de elite comerciante), escrita silábica (Linear A e Linear B), destaque para as mulheres;

Micênicos: Grécia Continental - aqueus. Conquistaram os cretenses, porém assimilaram alguns de seus valores culturais;

Instalação dos vários povos que formaram a Civilização Grega: Aqueus, Eólios, Jônios e Dórios (violência); 1ª Diáspora (Ilhas do Mar Egeu e Ásia Menor) - formação de colônias.

AS MIGRAÇÕES DOS INDO-EUROPEUS

Grupos nômades oriundos das regiões centrais da Europa iniciaram sucessivas levadas migratórias rumo à Península Balcânica, contribuindo para a colonização da área e fundando algumas das mais importantes cidades do que mais tarde seria chamado de Grécia. Vejamos os principais grupos indo-europeus:

• **AQUEUS:** Estes são reconhecidamente considerados o primeiro dos grupos indo-europeus a chegar na região balcânica, em algumas obras chegamos a ver a utilização deste nome como sinônimo de gregos, foram os responsáveis pela fundação da cidade de Micenas, de onde estabeleceram um intercâmbio com os cretenses e assimilaram boa parte de suas características e valores. Era o apogeu da Civilização Creto-Micênica.

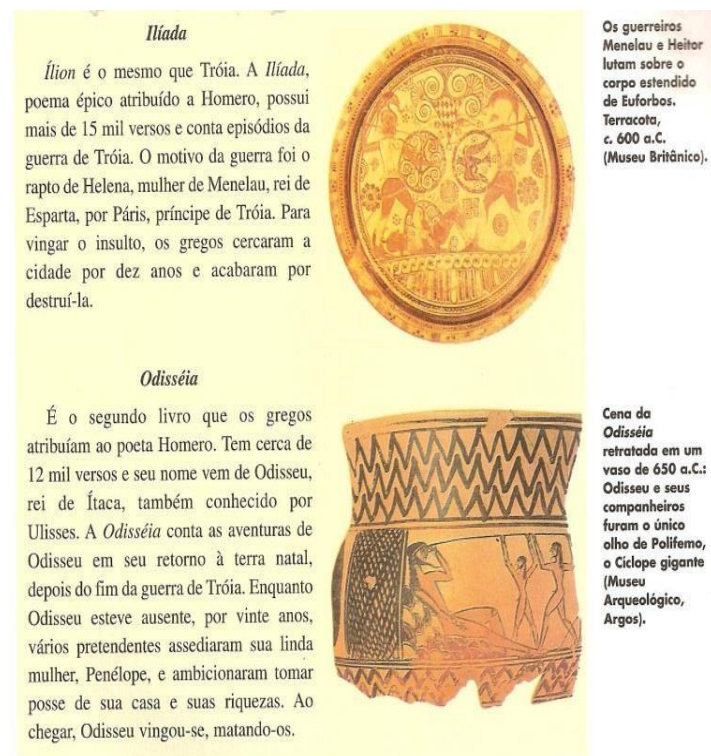
• **JÔNIOS E EÓLIOS:** Estes dois grupos chegaram por volta de 1700 a.C., foram responsáveis pela colonização de grande parte do litoral do Mar Egeu chegando até a Ásia Menor. Dentre os feitos atribuídos a eles, merecem destaque a fundação de Atenas pelos primeiros e a fundação de Tebas pelos últimos.

• **DÓRIOS:** Estes foram os migrantes que causaram as mais expressivas transformações para o período. De natureza guerreira e dominando perfeitamente as técnicas de metalurgia, o que lhes permitia possuir armas de ferro, os dórios impuseram sua vontade aos cretenses provocando a 1ª Diáspora.

4 - PERÍODO HOMÉRICO

Período em que narra a saga dos grandes heróis gregos, das grandes batalhas e dos grandes fatos. Esses fatos são narrados pelo poeta e filósofo Homero.

Fontes: *Iliada* (Guerra de Tróia) e *Odisséia* (retorno de Ulisses ao reino de Ítaca). Poemas atribuídos ao poeta Homero.



Os refugiados da primeira diáspora grega fundaram pequenas unidades auto-suficientes baseadas no coletivismo - os genos, ou comunidades gentílicas.

Essas unidades eram compostas de membros de uma mesma família, sob a chefia do pater.

Por volta do ano 800 a.C., as disputas por terras cultiváveis e o crescimento populacional acabaram com o sistema gentílico.

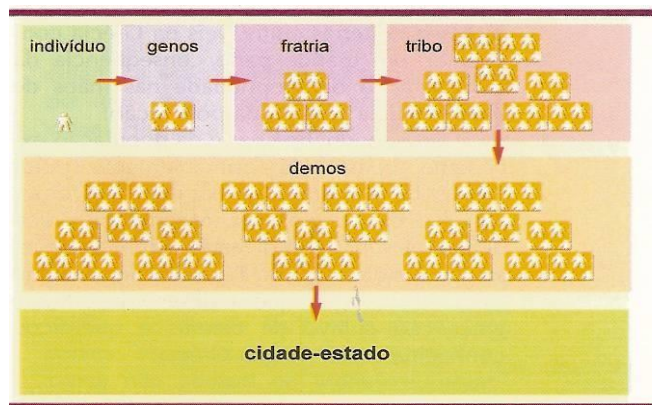
Alguns pater se apropriaram das melhores terras, originando a propriedade privada, e muitas outras famílias se dispersaram para o sul da Itália e para outras regiões, ocasionando a segunda diáspora grega.

A desintegração dos genos provocou a formação das pólis e a colonização da região correspondente ao sul da Itália e à ilha da Sicília, área denominada Magna Grécia. Com as mudanças foram reforçadas as diferenças sociais.

5 - PERÍODO ARCAICO

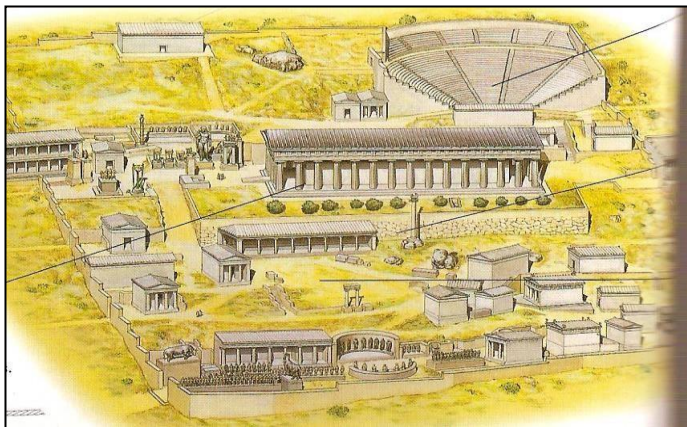
Com o surgimento da propriedade privada, iniciaram os conflitos entre os grupos, e, para lidar com as constantes crises, os proprietários de terra passaram a formar associações, as fatrias, que formaram as tribos, que, por sua vez, se organizaram em demos.

Os demos deram origem às cidades-Estados, ou pólis - a principal transformação do período Arcaico



Cidades-Estados ou PÓLIS

Cada cidade-Estado grega era um centro político, social e religioso autônomo, com uma classe dominante, deuses e um sistema de vida próprios.



ESPARTA

INTRODUÇÃO: A Antiguidade Clássica expressão usada para designar as impressionantes civilizações Grega e Romana, é indubitavelmente um campo de estudo e interpretação nas mais diversas áreas do conhecimento humano. Compreendendo um longo

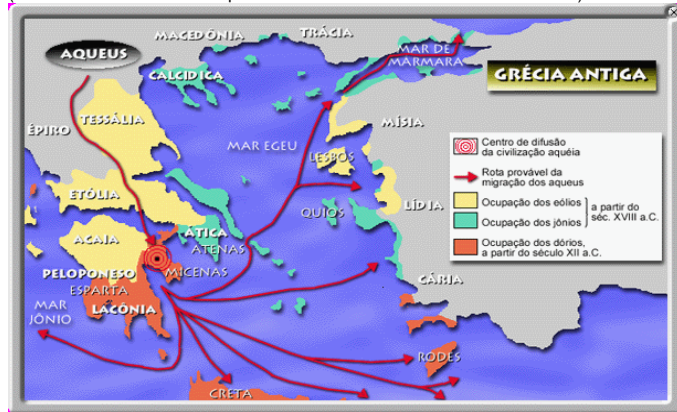
período Cronológico (1000 aC - 500 AD)

A cultura clássica é a base da cultura ocidental. A filosofia e a arte, assim como a arquitetura e o direito romano são exemplos que demonstram a relevante contribuição histórica destas sociedades.

Com relação ao “mundo do trabalho”, a antiguidade clássica foi cenário, de uma multiplicidade de formas de organização do trabalho, que incluía desde relações assalariadas até a massificação do escravismo.

Foi, contudo, o notório desprezo pelo trabalho o aspecto mais distintivo destas sociedades históricas. Como apropriadamente analisou Paul Veyne a respeito da sociedade romana - fato que se aplica perfeitamente bem a sociedade grega: **“... o trabalhador era não apenas socialmente inferior, mas também ignóbil. (...) só é homem por inteiro quem vive no ócio...”**

(História da Vida Privada do Império Romano ao Ano Mil. Cia Das Letras. P. 124).



LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA:

Localizada na região do Peloponeso, no vale da Lacônia, nas margens do rio Eurotas. Foi fundada pelos invasores dórios que submeteram parte dos aqueus que lá viviam, transformando-os em escravos.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL:

A sociedade era rígida e dividia-se em:

☛ **Espartanos ou Esparciatas** – descendentes dos conquistadores dórios, eram os únicos detentores da cidadania e, portanto, com direitos políticos. Formavam uma classe privilegiada que monopolizava o poder militar e, por decorrência, político e religioso.

☛ **Periecos** – habitavam os arredores da cidade, eram, provavelmente, descendentes da população nativa que se submeteram pacificamente aos dórios. Eram livres, mas não desfrutavam de direitos políticos. Dedicavam-se ao comércio e ao artesanato, tarefas desprezadas pelos espartanos.

☛ **Hilotas** – servos pertencentes ao Estado, formados pelos prováveis descendentes da população conquistada pelos dórios. Eram cedidos aos espartanos juntamente com a terra, na qual trabalhavam e, por constituírem a maioria, eram mantidos em obediência pelo terror (kriptia).

A exploração dos hilotas tomou-se fundamental para a sobrevivência do Estado espartano, pode-se, portanto, definir o modelo de produção de Esparta como HILOTISMO - tratava-se de um tipo de escravidão, visto que o hilita não possuía valor de troca (comercial), somente de uso (pelo trabalho realizado). Tendo o trabalho como o grande determinador das suas condições de vida e tratamento. Esse modelo representava uma peculiaridade na organização social espartana, os próprios espartanos e seus contemporâneos da Época Clássica atribuíam à constituição espartana - resumida num documento conhecido como “Graende Retra” organizado por um legislador mítico inspirado pelo Deus

ESTRUTURA POLÍTICA:

Politicamente, Esparta organizava-se sob uma diarquia (monarquia composta por dois reis), que exerciam funções militares e religiosas. As funções executivas eram exercidas pelo eforato, composto por cinco membros eleitos anualmente, indicados pela gerúsia e aprovados pela Apela (Conselho formado pelos cidadãos de mais de trinta anos e em pleno gozo dos direitos, reunia-se ao ar livre, elegia os gerontes e os éforos e votavam por aclamação as propostas que lhe fossem submetidas pelo eforato ou pela Gerúsia), administravam os negócios públicos (educação) e fiscalizavam a vida dos cidadãos.

A Gerúsia (Conselho dos Anciãos) era composta por 28 membros aristocratas com idade superior a sessenta anos mais os dois reis. Detinham funções legislativas e de corte suprema, possuindo um caráter consultivo. Na base das estruturas políticas, encontrava-se a Apela (Assembléia Popular), formada por todos os cidadãos maiores de trinta anos. Com funções de votar as leis e escolher os gerontes.

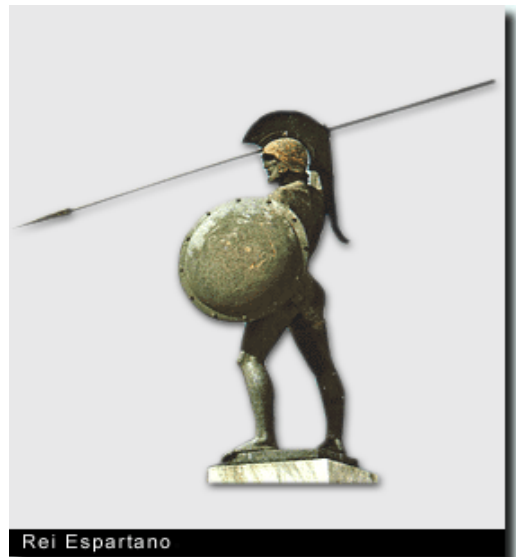


A EDUCAÇÃO espartana visava a formação de grandes guerreiros. A disciplina era severa. As crianças defeituosas eram atiradas do alto do monte Taigeto (eugenia). As crianças saudáveis permaneciam em companhia da mãe até a idade de sete anos. Aprendiam a dizer a verdade, a respeitar os mais velhos e a não ter medo. O aprendizado militar ministrado pelo Estado começava aos sete anos e se prolongava até aos dezoito, quando entravam para o exército. Os jovens eram submetidos a exercícios físicos, castigos corporais e privações.

Além desses artifícios uma outra característica notável era o **ostracismo** que dentro da política espartana era uma síntese válida uma vez que os espartanos pouco investiam em educação e se fechavam a eventos que vinham de fora.

A **Sissitia**: o **caldo negro (tocinho, sal, vinagre e sangue)** consistia numa forma rígida de alimentação a qual consistia a base da educação espartana e os soldados espartanos eram submetidos.

O **roubo** o soldado espartano era autorizado a roubar para sobreviver contento que ele não fosse pego roubando, uma vez que, não era o crime de roubo que era levado em consideração mas sim a ineficiência do soldado que não serviria para a guerra.



As resistências ao Hilotismo, podem ser inferidas também pela prática da Kriptéia. Um terrível costume caracterizado pela eliminação de hilotas. As kriptias se apresentavam como um ritual de passagem, uma espécie de "teste pedagógico". A educação espartana atendia a necessidade de se preparar bons soldados, em especial para perpetuar a dominação sobre a massa de hilotas. "...A partir dos sete anos, as crianças do sexo masculino eram entregues ao Estado para sua educação: da gramática, só aprendiam para as necessidades correntes (ler e escrever); todo o resto da instrução tendia a que fossem obedientes, resistentes à fadiga e vencedores nos combates..." (PLUTARCO, *A vida de Licurgo*).

A preocupação excessiva com a atividade militar além de se constituir numa forte herança social – a história de Esparta era marcada por guerras de conquista – foi reforçada por uma "razão de Estado" garantir que a minoria espartana mantivesse o domínio opressivo sobre a maioria hilita. Nesse sentido a Kriptéia era um eficiente mecanismo de controle demográfico.

Não esqueça! A mulher espartana vai ter pouca valorização a ela vai ser ensinada artes marciais além de suas tarefas normais.

ATENAS



LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA:

Fundada na Ática, península do mar Egeu, pelos jônios que ali se estabeleceram de forma pacífica, ao lado dos eólios e aqueus, antigos habitantes da região.

ESTRUTURA POLÍTICA:

No início, seus habitantes viviam da agricultura e da criação de gado. Onde o poder político estava sob o controle dos *eupátridas*, donos das terras mais produtivas. Tendo como soberano o *basileu* comandando

a guerra, a justiça e a religião (período da Monarquia). Sendo assistido pelo *Areópago*, uma espécie de conselho que limitava o poder do rei.

Com o tempo a monarquia enfraqueceu sendo substituído pelo *Arcontado*, composto por nove arcontes com mandato anual cuidando do exército, religião, assuntos internos, legislação, etc. Contudo, por volta do séc. VII - VI a.C., Atenas se transformou em um importante centro comercial aumentando assim, o número de comerciantes e artesãos enriquecidos que passaram a contestar os domínios dos eupátridas. Diante da enorme pressão, estes, viram-se forçados a fazerem concessões, através da escolha de legisladores, entre os integrantes da aristocracia.

Dentre esses legisladores destacou-se Dracon, que, em 621 a.C. organizou e registrou por escrito as leis que, até então, baseavam-se na tradição oral - Código de Dracon. No entanto, além de ser extremamente severa, manteve os privilégios sociais e políticos existentes.

Em 549 a.C., Sólon, outro legislador deu início a reformas ambiciosas: suprimiu a escravidão e a hipoteca por dívidas; dividiu a sociedade censitariamente, ou seja, de acordo com o padrão de renda dos indivíduos, determinando assim, seus privilégios; criou a **Bule** (Conselho dos Quatrocentos), onde participavam os elementos das quatro tribos em que estava dividida a Ática; criou a Assembléia Popular - **Eclésia** - a qual aprovava as medidas da Bule; e o **Helieú**, tribunal de justiça aberto a todos os cidadãos.

Contudo, as reformas de Sólon desagradaram a aristocracia, devido a redução de seus privilégios, e ao povo, que, esperavam reformas mais extensas e profundas. Dessa forma, as conturbações políticas criaram as condições para o surgimento dos tiranos, governantes que exerciam o poder à força. O primeiro foi Pisístrato, que governou de 561 a 527 a.C., procurando amenizar os confrontos sociais através da construção de obras públicas e reforma agrária. Após sua morte, foi sucedido por seus filhos Hiparco e Hípias, que não deram seguimento à política de Pisístrato, perdendo o apoio popular. Através de um golpe da aristocracia, mataram Hiparco e forçaram Hípias a tomar atitudes drásticas, que resultou na sua expulsão.

Em 510 a.C. Clístenes assume o poder e inaugura a democracia escravista ateniense. Sendo assim, considerado o "Pai da Democracia". Dentre suas reformas redividiu Atenas em 10 tribos e ampliou a participação dos membros da Bule para quinhentos (cinquenta por tribo); criou os Estrategos, formados por um membro de cada tribo, com funções militares; ampliou o poder de decisão da Eclésia; e criou o **OSTRACISMO** - exílio por dez anos a todos aqueles que representassem uma ameaça à democracia.



Este desenho dá alguma idéia de como os atenienses viam o seu processo de voto, do qual a própria Atena se orgulha.

É importante lembrar que a democracia instituída pela reforma de Clístenes e consolidada no governo de Péricles por assalariar os cidadãos ativos. Era um sistema político do qual participavam todos os cidadãos atenienses, adultos, filhos de pai e mãe atenienses. Estes, entretanto, constituíam uma minoria da qual estavam excluídos os estrangeiros (*Metecos*), os escravos e as mulheres.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL:

A sociedade ateniense estava dividida basicamente em três classes sociais:

- ✓ **CIDADÃOS** - pessoas nascidas de pai e mãe ateniense, os que gozavam de completa liberdade e participavam das decisões políticas. *Eupátridas* (bem-nascidos). Aristocratas, proprietários de terras que acabaram monopolizando o poder político.
- ✓ **GEORGÓIS (pequenos proprietários)**
- ✓ **DEMIURGOS (comerciantes)**
- ✓ **THETAS (camponeses sem terra)**
- ✓ **THECNAYS (thetas que viviam do artesanato)**
- ✓ **METECOS** - eram os estrangeiros que obtinham permissão para se fixar na Ática. Não tinham privilégios políticos, mas podiam exercer qualquer atividade social e intelectual.
- ✓ **ESCRAVOS** - constituíam a grande parcela da sociedade ateniense. Eram provenientes, geralmente, das dívidas, da guerra e do nascimento. Possuindo valor de uso e troca.

A **EDUCAÇÃO ATENIENSE** era diferente do sistema educacional de Esparta e visava a formação de bons cidadãos, aptos para a vida política. Os meninos começavam a freqüentar escola desde os sete anos, acompanhados de um escravo chamado pedagogo, isto é, "condutor de criança". No início aprendiam a ler, escrever e contar. Depois estudavam música e literatura. Terminando o serviço militar, dos 18 aos 20 anos, os jovens eram considerados cidadãos.

AS CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DOS ESCRAVOS NO MUNDO GREGO

É nos difícil precisar as condições gerais de vida e trabalho do escravo urbano que, sem lugar e dúvidas, variavam muito. Apesar do tecer e moer serem, respectivamente, tarefas fatigantes e pesadas, os escravos domésticos, dada a própria natureza de suas funções - trabalho variado e restrito às necessidades familiares - podiam conhecer existência sofrível. Mais ainda se trabalhassem para um senhor abonado. Talvez não se pudesse dizer o mesmo para um doméstico de uma família de poucos recursos. Podiam igualmente variar a "qualidade de vida" dos escravos-artesãos.

As condições de vida e trabalho do escravo urbano dependiam mais do contexto em que trabalhavam e das funções que exerciam do que de seu status jurídico. Um escravo do Estado empregado em importante função burocrática vivia existência aprazível. Um cativo exercendo tarefas diretas e pesadas como o transporte de mercadorias ou moagem de grãos podia vegetar excecivelmente. No geral a vida do escravo urbano parece ter sido suportável, segundo os padrões da época.

Os cativos empregados na indústria artesanal urbana eram um importantíssimo segmento da população escrava. Por diversos motivos, acredita-se que as suas condições gerais de existência e trabalho não tenham sido degradantes. As oficinas artesanais gregas eram unidades econômicas pequenas ou médias: a grande

manufatura de escudos de Kefalos, verdadeira exceção, empregava 120 homens. Outra característica marcante desta atividade era seu caráter misto.

Cativos e homens livres trabalhavam lado a lado sem exclusivismo de tarefas. Nesta pequena produção, quase sem máquinas, onde a habilidade, a destreza e a colaboração dominavam, dificilmente se podia estabelecer condições de trabalho diferenciadas para homens livres e cativos.

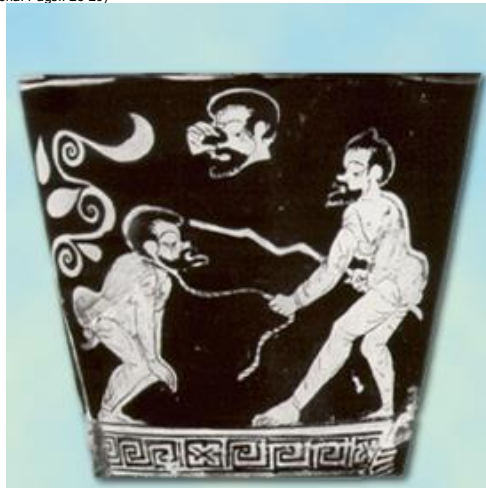
Na Grécia Antiga, os escravos mineradores conheceram os mais variados padrões de trabalho e existência. A importante produção argentífera ateniense do Láurio sustentou-se essencialmente sobre o trabalho escravizado, ainda que ali labutasse em menor número de homens livres. Acredita-se que em meados do século IV aproximadamente 30.000 cativos eram ocupados na extração, triagem; fundição e transporte daquele mineral. As reservas argentíferas, de propriedade estatal, eram arrendadas a concessionários privados que as exploravam com equipes de trabalho poucas vezes ultrapassando algumas dezenas de homens, mulheres e crianças.

No Láurio, o trabalho parecia ser pesadíssimo, o repouso escasso, a comida pouca. Acredita-se ter sido comum e os escravos trabalharem acorrentados e receberem castigos físicos. A população servil dormia em “senzalas” estreitas, insalubres e estritamente vigiadas. A fuga de cativos mineradores era fato corriqueiro e, quando da invasão da Ática pelos espartanos, na última década da Guerra do Peloponeso, milhares de escravos desertaram destas minas.

O grego dos tempos clássicos vivia comedidamente: vestia-se com simplicidade e comia frugalmente. Os hábitos alimentares ou as vestimentas de um cativo não se diferenciavam muito do de um cidadão pobre. Temos notícias de escravos rurais calçados, algo quase inimaginável, dois mil anos mais tarde, no Brasil escravista. O mundo dos cidadãos e o dos escravos, porém, eram universos, a bem dizer, sem trânsito. Um escravo podia obter a liberdade, jamais a cidadania. Quando ocorria a manumissão, geralmente através da compra de sua liberdade, ascendia ao Status de “estrangeiro”, isto é, **meteco**. Não podia, conseqüentemente, possuir bens, imóveis ou participar da vida política da polis. Foram infinitos os casos em que se deu - por merecimento ou serviços excepcionais - a cidadania a um **meteco**. Por outro lado, o liberto não ficava totalmente descomprometido de deveres para com seu ex-senhor. Se casasse com pessoa detentora dos “direitos de cidade”, seus descendentes não os herdavam. Com o tempo, o próprio casamento de metecos cidadão foi proibido. Como meteco, o liberto era obrigado ao pagamento das taxas pertinentes à categoria e a servir o exército, como **hoplita** ou infante ligeiro, ou na marinha, como remador.

O escravo grego – tido como bem móvel não constituía uma categoria social desprovida totalmente de direitos. Na família senhorial, recebia um nome e era associado ao culto doméstico. Tinha geralmente, como já vimos, direitos de propriedade - o pecúlio. Quando manumitido, só voltava à situação anterior por decisão judicial. Mesmo como escravo, podia pleitear, representado pelo senhor, seus direitos na Justiça. E mais, ao amo era proibido, ao menos segundo a lei, injuriar gravemente, aleijar ou matar seu cativo. O escravo injustamente seviciado podia até mesmo procurar refúgio junto a templos específicos e pedir aos sacerdotes que se pronunciassem pela sua venda a um outro senhor. Em Atenas, o castigo físico “normal” dos cativos não

podiam exceder 50 chibatadas”. (Maestri Filho e Mário José, O Escravismo Antigo. Discutindo a História. Págs.: 23-29)



A pintura do vaso mostra uma cena de escravos retratada em uma comédia grega.

Atenas, e nas demais cidades gregas com o mesmo modelo político em quase todas as atividades coexistiam o trabalho livre e o escravo, poucas ocupações eram privativas dos homens livres. Assim, no comércio, no pastoreio, na agricultura e mesmo nos serviços públicos, as tarefas eram executadas tanto por homens livres quanto por escravos. A única exceção era o trabalho na extração mineral, que, pelo desgaste e riscos apresentados, tornara-se uma exclusividade dos cativos.



Artesão executando os últimos ornamentos em um capacete de bronze.

As resistências ao escravismo em Atenas é evidenciada pela preocupação da camada dominante em não permitir o mínimo de consideração pessoal com o escravo, Platão afirmava que “...toda a palavra, ou quase, dirigida ao escravo, deve ser uma ordem... e que não se deve, acima de tudo, mostrar os dentes aos escravos...”

As formas de resistências iam desde a mais natural àquilo que hoje chamaríamos de “operação tartaruga” ou como expressou Homero no Canto XVII da Odisséia “...É costume dos criados, quando os patrões ausentes ou são fracos e sem autoridade, relaxarem-se e não pensarem mais em cumprir o seu dever”; passando pela fuga e deserção, até formas tipicamente gregas como o asilo nos templos e altares. Relativamente a revoltas e rebeliões há uma limitada documentação sobre outras cidades gregas (Córcira, Egina, Esparta...), e nenhum registro substancial desta forma de resistência em Atenas. As razões deste “vazio” de informação podem ser o reduzido número de revoltas, talvez pelo fato das fugas serem a forma mais usada de resistência ou então a predominância das revoltas sociais das camadas livres

ANOTAÇÕES:

ORIGENS DE ROMA

Há duas explicações sobre as origens de Roma: a lendária e a histórica. Sua origem histórica é um assunto polêmico. Pela lenda, Roma foi fundada em 753 a.C., por Rômulo e Remo. Para os historiadores, Roma foi formada por povos pastores arianos que se estabeleceram na região do Lácio, na parte centro-ocidental da península da Itália. Constantemente atacados pelos etruscos, um povo estabelecido ao norte do Lácio, os pastores construíram uma fortaleza entre “sete colinas”. Essa cidadela militar latina passou a dominar uma passagem estreita pela qual principalmente os mercadores cruzavam o rio Tibre, ao transportar o sal do litoral até a Etrúria (“Rota do Sal”).



As classes sociais na Roma primitiva se estruturaram a partir da posse ou não da terra. Os mais antigos habitantes monopolizaram as melhores terras cultiváveis, constituindo grandes propriedades. Eram os patrícios, enquanto os pequenos proprietários, artesãos e estrangeiros formavam a plebe.

ROMA MONÁRQUICA

Só os patrícios tinham direitos políticos. Administravam a cidade por meio dos chefes das famílias (gens ou clãs), que se reuniam no Conselho dos Anciãos ou Senado e aprovavam leis aplicadas pelo rei. A tradição se refere a sete reis, mas provavelmente os primeiros nunca tenham existido: Rômulo, Numa Pompílio, Túlio Ostílio, Anco Márcio, Tarquínio Prisco, Sêrvio Túlio e Tarquínio, o Soberbo, sendo os três últimos de origem etrusca, pois Roma, a partir de 640 a.C., foi dominada por esse povo. Tarquínio, o último rei, fez construir grandes obras públicas com o objetivo de ter o apoio dos plebeus e diminuir o poder dos patrícios. Estes reagiram e expulsaram-no da cidade pondo fim à monarquia e ao domínio etrusco, em 509 a.C.

ROMA REPUBLICANA

Em 509 a.C. uma revolta dos patrícios pôe fim ao período de dominação dos reis etruscos sobre Roma. Sendo instituído então a República (aquilo que é do povo), uma forma de governo que a princípio foi comandada exclusivamente pelos seus implantadores através do Senado e das magistraturas.

Os patrícios instituíram a República, totalmente controlada por eles. Portanto, era uma República aristocrática (dos “bens nascidos”). O Senado era o órgão máximo, decidia pela paz e guerra, controlava a arrecadação e as despesas do Estado, elaborava as leis e as fazia executar por meio de magistrados, como os dois cônsules, eleitos por um ano. Enquanto um tratava dos assuntos internos, o outro se encarregava das guerras e das relações com outros povos. Os demais magistrados da República romana eram os:

a) Questores: encarregados da cobrança dos impostos e da administração das finanças.

“O poder militar estava mais estreitamente

ligado ao crescimento econômico do que

talvez em qualquer modo de produção,

antes ou depois, porque a principal fonte de

b) Pretores: eram juizes, portanto encarregados de aplicar a justiça.

c) Censores: faziam o recenseamento da população e zelavam pelos “bons costumes”.

d) Edis: administravam a área urbana, tendo como principais funções: zelar pelo policiamento para manter a ordem pública, fiscalizar o comércio, determinar os pesos e medidas, organizar o abastecimento etc.

Em época de crise ou quando a guerra estava sendo desfavorável aos romanos, os dois cônsules escolhiam um ditador para substituí-los por um período máximo de seis meses, dotado de grande poder (dictatus). Quando o fator que determinava a necessidade da ditadura deixava de existir, o poder voltava aos cônsules. Portanto, na Roma antiga a ditadura era uma instituição legal. A reunião geral dos romanos ocorria na Assembléia Centuriata. Todos os homens, equipados para lutar, se reuniam no Campo de Marte para referendar as decisões do Senado. Como as centúrias dos patrícios eram melhor equipadas e mais numerosas (98 contra 95), eles dominavam as decisões da Assembléia. A plebe, sentindo-se prejudicada, passou a reivindicar direitos, pois lutava nas guerras em que Roma se envolvia. Foi o longo período de lutas sociais na Roma antiga.

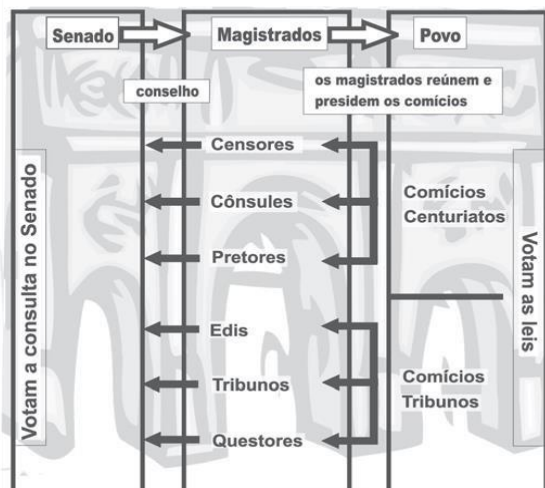
Nos seus dois primeiros séculos de existência a República romana passou por significativas transformações decorrendo das suas lutas sociais internas que viabilizaram a valorização política, social e jurídica dos Plebeus e, de seu impressionante expansionismo externo que tornaria Roma o centro da história do ocidente por no mínimo sete séculos (século II a.C. ao século V d.C.).

Dentre os fatos que marcaram existência da república romana, um dos mais relevantes foi a consolidação do modo de produção escravista, como resultado das conquistas geográficas de suas eficientes legiões. Incontáveis e diversos, os escravos ocupavam praticamente todos os setores produtivos daquela sociedade, sem, contudo, se constituírem mão de obra exclusiva.

Na sociedade romana, semelhantemente ao mundo grego, as condições de vida de um escravo, em regra, dependiam fundamentalmente das suas condições de trabalho. Devido a impressionante diversidade de trabalho e de atividades que um escravo poderia exercer (agricultura, pecuária, artesanato, comércio, administração, finanças, luta etc...) as variações das condições de vida poderiam ir da miséria ao luxo, da penúria ao fausto.

Na sociedade escravista romana provavelmente as condições de vida mais degradantes eram dadas aos escravos das galés, geralmente uma função reservada aos criminosos ou àqueles mais resistentes ao escravismo; e aos escravos do circo – o gladiador, em face da inquietante expectativa de vida.

A República Romana



LUTAS PELA CIDADANIA NA REPÚBLICA ROMANA E REVOLTAS DE ESCRAVOS.

A grande parcela da sociedade romana, durante a República, era constituída pelos plebeus, que viviam marginalizados politicamente, mesmo que enriquecessem através do comércio. Quando um plebeu, por exemplo, tornava-se insolvente, sem condições de pagar suas dívidas, tinha de se submeter ao nexum, - instituição que colocava o devedor subordinado ao credor até a total extinção da dívida, criando-se uma servidão que chegava a durar toda uma vida. A marginalização e o descontentamento, do início do período republicano, levaram ao agravamento das lutas de classe em Roma.

Em 494 a.C., os plebeus, em sinal de protesto, retiraram-se para o monte Sagrado, exigindo representação política (direito a cidadania). Como sua participação na economia e no exército de Roma era de extrema importância, os patrícios concordaram em atender aos plebeus, que ganharam representação através de dois tribunos da plebe (em 471 a.C.). Os tribunos podiam ser considerados intocáveis (imunitade). Os tribunos podiam ser procurados por qualquer pessoa que se julgasse injustiçada, aí suas casas ficarem abertas dia e noite.

Em 450 a.C., após outras revoltas plebéias, os patrícios convocaram os decênviros, dez juristas nomeados para redigir um código de leis. O resultado foi a elaboração da Lei das Doze Tábuas, primeira complicação escrita das leis romanas, possibilitando uma igualdade jurídica entre patrícios e plebeus.

Em 367 a.C., foram adotadas as Leis Licínias, que possibilitaram aos plebeus partilhar as terras conquistadas, além de estabelecer que um dos cônsules seria sempre um plebeu. A Lei Canuléia também favoreceu os plebeus, pois permitiu o casamento entre estes e os patrícios. Acabaram-se as distinções sociais tradicionais, mas mantinha-se a distinção econômico-militar, entre ricos e pobres, altas patentes e simples soldados. Um dos fatores que permitiram manter essa situação foi o nacionalismo surgido com a guerra e a expansão territorial.

No século IV AD o imperador Caracala, concedeu direito de cidadania romana a todo homem livre. Apesar da preocupação manifestada pelos grandes proprietários romanos, nos séculos II e I a.C., ocorreram várias

revoltas de escravos. Entre 138 e 132 a.C., e 104 e 101 a.C., verificaram-se grandes rebeliões de escravos na Sicília e na Ásia Menor. No final da década de 70 a.C., na Sicília, milhares de escravos rebelaram-se, liderados por Espártaco, e durante longo tempo resistiram aos ataques dos exércitos de Roma, denotando-os repetidas vezes, mas sendo, finalmente, dizimados. Espártaco foi crucificado às portas de Roma, com 6 mil outros escravos, cujos corpos foram pendurados em postes ao longo das estradas.

RELIGIÃO E RELIGIOSIDADE NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA

a) Mitologia e História

"A religião, em todos os seus aspectos, diz respeito ao universo sagrado, ou seja, aquele que ultrapassa os poderes e as virtudes humanas, que as transcende e que contém verdades absolutas. Os conteúdos deste universo sagrado são as divindades e seus poderes, os mitos e lendas. Para que o universo profano (não sagrado) entre em contato com o sagrado é preciso realizar uma série de ações significativas, os rituais praticados segundo o conhecimento da tradição religiosa. Transmitido por pessoas que tiveram a incumbência de guardá-lo e ensiná-lo as gerações seguintes".

Teresa Van Acker

A antiguidade clássica – greco-romana – deixou como herança religiosa, um conjunto de crenças e devoções que ainda hoje são objetos de muito interesse e estudo. Especialmente a inestimável mitologia grega, que além de ser uma valiosa fonte histórica, é um retrato psicológico daquela sociedade. Visto que, através do mito se percebe as lutas, angústias e inquietações de homens e mulheres que criaram e adotaram um número incontável de deuses e divindades na tentativa de responder as questões existenciais mais básicas (quem sou eu? De onde vim? E para onde vou?).

A prática e o conteúdo da religião grega e romana eram bastante semelhantes, ainda que, se possa identificar pequenas, porém significativas diferenças de concepção religiosas. Um exemplo deste aspecto é o fato dos gregos serem mais sentimentais e emotivos que os romanos no trato com os deuses, para os romanos o importante era o formalismo, o ritualismo, já para os gregos, importava muito acreditar nas divindades como seres que se relacionavam com os seres humanos.

O antropomorfismo da religião grega é sem dúvida o principal diferencial em relação a religião romana já que estes se contentavam apenas, "em cumprir como toda exatidão os ritos tradicionalmente prescritos. (...) a índole prática dos romanos manifestou-se também na política de conquistas, ao incorporar ao próprio panteão os deuses dos povos vencidos" (Enciclopédia BARSÁ, Vol 1 2, p. 446). Já para os gregos os deuses possuíam caracteres físicos e psíquicos tipicamente humanos, não eram perfeitos ou puros pelo contrário eram suscetíveis aos mesmos erros e falhas dos homens.

Relativamente ao diferencial da religião romana em relação a grega, destaca-se a ausência entre estes últimos de uma função predominantemente política. Já para os romanos a religião era um forte instrumento a serviço do poder político seja no âmbito familiar e privado ou no âmbito público e estatal. Um exemplo claro desta relação foi o estabelecimento do Culto aos Príncipes durante o império.

EGITO ANTIGO

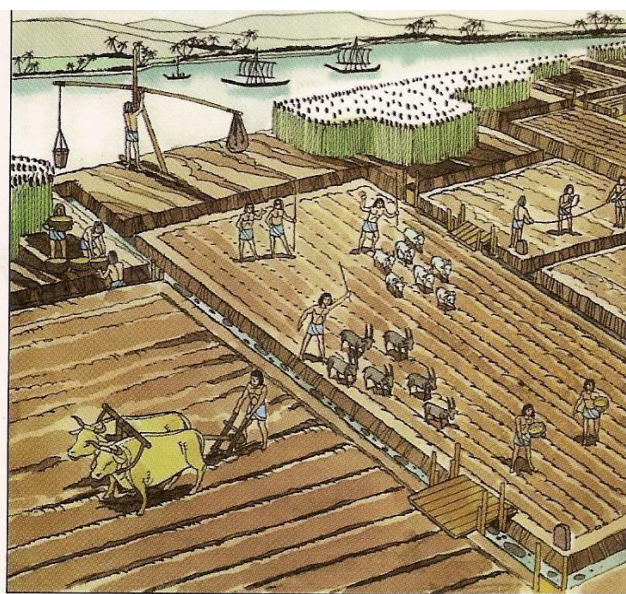


O **Antigo Egito** foi uma civilização da Antiguidade oriental do Norte de África, concentrada ao longo ao curso inferior do rio Nilo, no que é hoje o país moderno do Egito. Era parte de um complexo de civilizações, as "Civilizações do Vale do Nilo", do qual também faziam parte as regiões ao sul do Egito, atualmente no Sudão, Eritreia, Etiópia e Somália. Tinha como fronteiras o Mar Mediterrâneo, a norte, o Deserto da Líbia, a oeste, o Deserto Oriental Africano a leste, e a primeira catarata do Nilo a sul. O Antigo Egito foi umas das primeiras grandes civilizações da Antiguidade e manteve durante a sua existência uma continuidade nas suas formas políticas, artísticas, literárias e religiosas, explicável em parte devido aos condicionalismos geográficos, embora as influências culturais e contactos com o estrangeiro tenham sido também uma realidade.

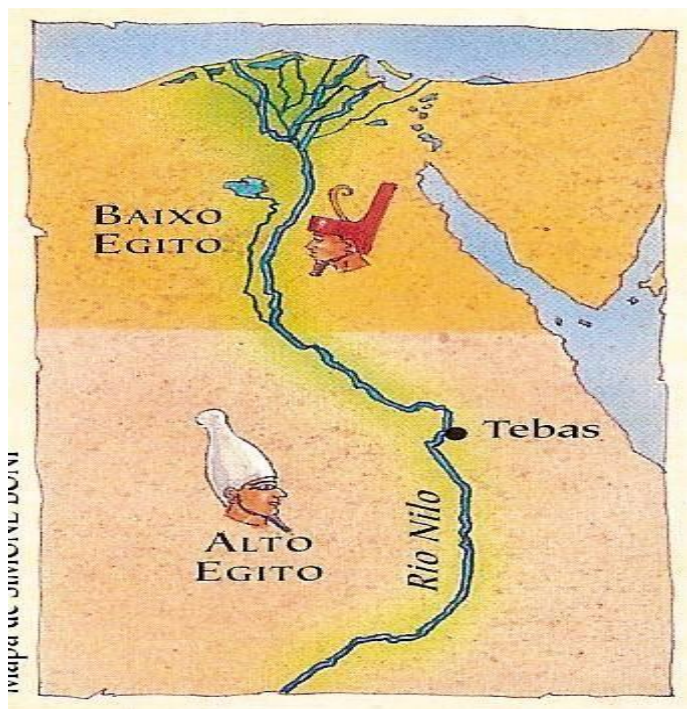
A civilização egípcia se aglutinou em torno de 3 150 a.C. com a unificação política do Alto e Baixo Egito, sob o primeiro faraó (Narmer), e se desenvolveu ao longo dos três milênios seguintes. Sua história desenvolveu-se ao longo de três grandes reinos marcados pela estabilidade política, prosperidade económica e florescimento artístico, separados por períodos de relativa instabilidade conhecidos como Períodos Intermediários. O Antigo Egito atingiu o seu auge durante o Império Novo (1 550-1 070 a.C.), uma era cosmopolita durante a qual, graças às campanhas militares do faraó Tutmés III, o Egito dominou, uma área que se estendia desde a Núbia, entre a quarta e quinta cataratas do rio Nilo, até ao rio Eufrates, tendo após esta fase entrado em um período de lento declínio. O Egito foi conquistado por uma sucessão de potências estrangeiras neste período final. O governo dos faraós terminou oficialmente em 31 a.C., quando o Egito caiu sob o domínio do Império Romano e se tornou uma província romana, após a derrota da rainha Cleópatra VII na Batalha de Ácio.

O sucesso da antiga civilização egípcia deve-se em parte à sua capacidade de se adaptar às condições do Vale do Nilo. A inundação previsível e a irrigação controlada do vale fértil produziam colheitas excedentárias, o que alimentou o desenvolvimento social e cultural. Com recursos excedentários, o governo patrocinou a exploração mineral do vale e nas regiões do deserto ao redor, o desenvolvimento inicial de um sistema de escrita independente, a organização de construções coletivas e projetos de agricultura, o comércio com regiões vizinhas, e campanhas militares para derrotar os inimigos estrangeiros e afirmar o domínio egípcio. Motivar e organizar estas atividades foi uma tarefa burocrática dos escribas de elite, dos líderes religiosos, e dos administradores sob o controle de um faraó que garantiu a cooperação e a unidade do povo egípcio, no âmbito de um elaborado sistema de crenças religiosas.

As muitas realizações dos antigos egípcios incluem o desenvolvimento de técnicas de extração mineira, topografia e construção que permitiram a edificação de monumentais pirâmides, templos e obeliscos; um sistema de matemática, um sistema prático e eficaz de medicina, sistemas de irrigação e técnicas de produção agrícola, os primeiros navios conhecidos, faiança e tecnologia com vidro, novas formas de literatura e o mais antigo tratado de paz conhecido, o chamado Tratado de Kadesh. O Egito deixou um legado duradouro. Sua arte e arquitetura foram amplamente copiadas e suas antiguidades levadas para os mais diversos cantos do mundo. Suas ruínas monumentais inspiraram a imaginação dos viajantes e escritores ao longo de séculos. O fascínio por antiguidades e escavações no início do Idade Contemporânea esteve na origem da investigação científica da civilização egípcia e levou a uma maior valorização do seu legado cultural.



Os egípcios desenvolveram um sistema de irrigação complexo, que levava as águas do Nilo, por meio de canais, até os campos. Os lavradores utilizavam arados puxados por animais para revolver a terra lodosa. Em seguida, soltavam carneiros e cabras que, pisoteando o terreno, ajudavam a enterrar as sementes. Havia também um aparelho simples — o *shaduf* (ao fundo, à esquerda) — para tirar água de rios ou de poços.



Nas épocas de cheias do rio Nilo, a atividade agrícola era suspensa. Assim, os trabalhadores do campo eram requisitados para outro tipo de trabalho. Construíam as chamadas obras públicas: diques, canais de irrigação, templos, palácios etc.

No Egito havia a crença em diversos deuses, ou seja, tratava-se de um **politeísmo**. O imaginário egípcio estava povoado por uma centena de deuses. Alguns assumiam a forma de animais ou meio animais, meio humanos. De todas as divindades egípcias, destacava-se Amon-Rá, Íris, Osíris, Set, Hórus, Anúbis e Ápis.

Por volta do século XIV a.C. o faraó Amenotep IV realizou uma reforma religiosa monoteísta e instaurou o culto ao deus Áton. O politeísmo foi reinstaurado no Egito após a morte de Amenotep IV. O imaginário egípcio era povoado por crenças, inclusive com a possibilidade de uma vida da alma após a morte. É por esse motivo, por exemplo, que se desenvolveu a mumificação dos corpos.

Acreditavam que um corpo preservado conservaria uma energia chamada *Ká* e que é responsável pela manutenção da alma no paraíso.

A mumificação, a prática de embalsamar, bem como dissecar cadáveres foi de extrema importância para o conhecimento a respeito da anatomia humana e desenvolvimento da medicina.

Até a Grécia, representada na figura de Hipócrates, foi herdeira dos diversos ensinamentos médicos desenvolvidos pelos egípcios.

A arquitetura e a engenharia também foram desenvolvidas no Egito e esses conhecimentos estão expressos nas obras hidráulicas, nos canais de irrigação, nas pirâmides e templos construídos pelos egípcios.

A escrita egípcia também se desenvolveu consideravelmente. Havia três tipos de escrita: a hieroglífica, a hierática e a demótica. As duas primeiras formadas por sinais sofisticados e a última

mais popular. A escrita egípcia, até o século XIX, não tinha sido decifrada. Foi graças ao trabalho de decifração das letras contidas na pedra de Roseta, feita por um francês chamado Champollion, que se pode aprofundar os conhecimentos a respeito da história do Egito. Os egípcios e os outros povos ao longo dos séculos, diversos povos invadiram o território egípcio. Um deles pode influenciar, em parte, o desenvolvimento do conhecimento e da cultura: os hicsos. Estes levaram aos egípcios armas de ferro, o cavalo e o carro de guerra.

O Egito também foi invadido pelos persas e, posteriormente, pelos macedônicos sob o comando de Alexandre.

REINOS E IMPÉRIOS AFRICANOS

ANTIGOS IMPÉRIOS AFRICANOS

Na apresentação das grandes civilizações africanas, em 1000 a.C., povos semitas da Arábia emigram para a atual Etiópia. Depois, em 715 a.C. o Rei de Cush, funda no Egito a 25ª dinastia. Em 533 a.C. transfere sua capital de Napata para Meroé, onde, cerca de cinquenta anos depois, já se encontra uma metalurgia do ferro, altamente desenvolvida. Por volta do ano 100 a.C. desabrocha, na Etiópia, o Reino de Axum.

O tempo que se passou até a chegada dos árabes à África Ocidental foi, durante muitos séculos, considerado um tempo obscuro, face à absoluta ausência de relatos escritos, que só apareceram nos séculos XVI e XVII, com o "Tarik-Al-Fattah" e o "Tarik-Es-Sudam", redigidos, respectivamente, por Muhammad Kati e Abderrahman As Saadi, ambos nascidos em Tombuctu. Mas o trabalho de arqueólogos do século XX, aliado aos relatos da tradição oral, conseguiu resgatar boa parte desse passado.

O mais antigo desses reinos foi o da Etiópia. Entre os séculos III e VII, a Etiópia teve como vizinhos outros reinos cristãos: o Egito e a Núbia, contudo, com a expansão do islamismo essas duas últimas regiões caíram sob o domínio árabe e a Etiópia persistiu como único grande reino cristão da África. Antes do efetivo início do processo de islamização do continente africano, a África Ocidental vai conhecer um padrão de desenvolvimento bastante alto. E, os antigos Estados de Gana, do Mali, do Songai, do Iorubá e Benin, são excelentes exemplos de pujança das civilizações pré-islâmicas.

Império do Gana

A população de Gana, rodeada de hortas, pepinos, palmeiras e figueiras, vivia em uma espécie de oásis na fronteira sul do deserto do Saara. A capital de Gana era chamada Kumbi Saleh. Foi fundada no século III. No século XI, tinha uma população de cerca de 30.000 habitantes. Tinha duas zonas diferenciadas: Ao norte viviam os comerciantes muçulmanos que construíram doze

mesquitas Ao sul estava o palácio real rodeado por jardins e os edifícios administrativos. Conhecida como a Al-Ghana

Mesquita de djane



O Antigo Império Gana teve seu apogeu entre os anos 700 e 1200 d.C. Acredita-se que o florescimento desse império remonte ao século IV. Fundado por povos berberes, segundo uns, e por outros, por negros mandeus, mandês ou mandingas, do grupo soninkê. O antigo nome desse império era Uagadu, que ocupava uma área tão vasta quanto à da moderna Nigéria e, incluía os territórios que hoje constituem o Mali ocidental e o sudeste da Mauritânia. Kumbi Saleh foi uma das suas últimas capitais. Segundo relatos históricos, o Antigo Império de Gana era tão rico em ouro, que seu imperador, adepto da religião tradicional africana, tal como seus súditos, eram denominados “o senhor de ouro”. Com a concorrência de outras potências no comércio do ouro, o Antigo Império Gana começou a declinar. Até que, por volta de 1076 d.C., em nome de uma fé islâmica ortodoxa, os berberes da dinastia dos almorávidas, vindos do Magrebe, atacam e conquista Kumbi Saleh, capital do Império de Gana.

O Império do Mali

A queda do Império de Gana abriu um vácuo de poder. A grande questão era: quem tomaria agora o controle das rotas comerciais próximas das fontes auríferas? Os almorávidas fracassaram em sua tentativa de monopolizar o tráfico. O reino que parecia mais próximo de conseguir esse intento era o reino sosso dos

Kantés, ao sul de Gana. Os fundados do Antigo Mali teriam sido caçadores reunidos em confrarias ligadas pelos mesmos ritos e celebrações da religião tradicional. O fervor com que praticavam a religião de seus ancestrais veio até bem depois do advento do Islã. Conquistando o que restara do Antigo Gana, em 1240, Sundiata Keita, expandiu seu império, que já era oficialmente muçulmano desde o século anterior. E, o Mali se torna legendário, principalmente sob o mansa (rei) Kanku Mussá, que, em 1324, empreendeu a peregrinação a Meca com a intenção evidente de maravilhar os soberanos árabes.

Império Songai

A organização do Songai era mais elaborada ainda que a do Mali. O Império Songai teria suas origens num antepassado lendário, o gigante comilão Faran Makan Botê, do clã dos pescadores sorkôs. Por volta de 500 d.C., diz ainda a tradição, que guerreiros berberes, chefiados por Diá Aliamen teriam chegado à curva norte do Níger, tomando o poder dos sorkôs. A partir daí, a dinastia dos Diá reina em Kukya, uma ilha perto do Níger, até 1009, quando o reino se converte oficialmente ao islamismo e transfere a capital para Goa, onde a dinastia reina até 1335. Nesse ano, o povo songai se liberta do Antigo Mali, de quem se tornara vassalo em 1275 e, começa a conquistar as regiões vizinhas.

Império Kanem-Bornu

Outro grande Estado da África Negra, florescido por essa época, no norte da atual Nigéria, foi Kanem-Bornu, em torno do ano 800 d.C. As cidades-estados haussás, situadas entre o Níger e o Chade que se encontram em uma grande encruzilhada. Constituíram-se por volta do século XII, em redor das vias comerciais que ligavam Trípolis e o Egito à floresta tropical, por um lado, e, por outro lado, o Níger ao alto vale do Nilo pelo Darfur. Os haussás ou a classe dirigente são negros que habitavam muito mais ao norte e a leste do que hoje. Junto com o Mali e o Songai, um dos mais vastos impérios dos grandes séculos africanos foi o Kanem-Bornu. A sua influência, no seu período de maior esplendor, estendia-se da Tripolitânia e do Egito até ao Norte dos Camarões atuais e do Níger ao Nilo. Nas origens do Kanem encontra-se a conjunção dos nômades e dos sedentários.

Império Iorubá



INTRODUÇÃO:

Tradicionalmente denominou-se Idade Média o período compreendido entre a queda do Império Romano do Ocidente, no séc. V, e a invasão de Constantino pelos Turcos Otomano, no séc. XV. Denominação que foi criada no período da renascença (séc. XIV - XV), possuindo uma carga de preconceito, **Idade Média** seria um período de trevas – “**idade das trevas**”.

Nesse -intervalo de tempo, a Europa viveu o desenvolvimento e a dissolução do FEUDALISMO: forma de organização da sociedade caracterizada por Tradicionalmente denominou-se Idade Média o período compreendido, ter uma estrutura social passada na dependência pessoal (momento que um homem está ligado a um outro através de um juramento e compromissos, organizando uma hierarquia), e uma economia essencialmente agrária voltada para a subsistência, quase totalmente amonetária. E poder político estava concentrado pelos senhores feudais, por isso, descentralizado em relação ao rei.

A Idade Média é basicamente dividida em duas fases: **Alta Idade Média** (séc. V-XII) período que compreende o processo de ruína da civilização romana; formação de um novo período histórico - o mundo feudal; e sua consolidação. **Baixa Idade Média** (séc. XII -XV), momento da sua dissolução e o desenvolvimento de relações econômicas e sociais que possibilitaram, posteriormente, o surgimento do capitalismo.

A CRISE DO SÉCULO III

No séc. III de nossa era, a imponente e dominadora civilização viveu um lento, porém irreversível processo de crise, na qual podemos destacar a **crise do escravismo**, tendo em vista que o Estado Imperial Romano se sustentava das guerras expansionistas que alimentavam a economia de sua mão-de-obra essencial, o **escravo**. A estagnação dessas guerras devido a uma conjuntura de fatores (a resistência bárbara; o desestímulo social; o aumento da corrupção; o pacifismo cristão, etc), provocou uma seqüência de reações negativas, que culminou no desaparecimento do Império Romano.

A ruralização da sociedade está associada à instalação de uma longa que os habitantes do espaço urbano se viram incapazes de resolver. O aumento demográfico, as invasões bárbaras e o aumento do banditismo, assim como a diminuição do comércio e do artesanato, forçou seus habitantes a procurar alternativas que dessem maior segurança.

As famílias mais ricas se deslocaram para o campo e se instalaram em grandes propriedades rurais denominadas **villae**. A figura masculina dessas famílias é que vai dar origem ao senhor feudal, um rico fazendeiro detentor de grande poder sobre suas terras, assim como sobre seus habitantes.

“Para os marginalizados sem bens ou ocupação, e mesmo para os camponeses livres, trabalhar nas terras de um grande proprietário significava casa, comida e proteção naquela época de dificuldades e incertezas. Para os escravos, receber um lote de terra era uma considerável melhoria de sua condição. Para seu proprietário, era uma forma de aumentar a produtividade daquela mão-de-obra e ao mesmo tempo baixar seu

A sudeste da atual Nigéria constituíra-se o poderoso e dinâmico grupo Ibo. Possuía uma estrutura ultrademocrática que favorecia a iniciativa individual. A unidade sociopolítica era a aldeia. No sudoeste, desenvolveram-se os principados iorubás e aparentados, entre os séculos VI e XI. As suas origens, mergulhadas na mitologia dos deuses e semideuses, não nos fornecem, do ponto de vista cronológico, informações suficientes. O grande passado de todos estes príncipes é Odudua. Seria ele próprio filho de Olodumaré, que para muitos seria o Nimrod de que fala a Bíblia, ou segundo a piedosa tradição islâmica, de Lamurudu, rei de Meca. O seu filho Okanbi, teria tido sete filhos que vieram a ser todos “cabeças coroadas”, a reinar em Owu, Sabé, Popo. Benin, Olé, Ketu e Oyó. Por volta do século XII, Ifé era uma cidade-estado cujo soberano o Oni, era reconhecido como chefe religioso pelas outras cidades iorubás. É que Ifé, fora o lugar a partir de onde as terras se teriam espalhado sobre as águas originais para, segundo a tradição, fazerem nascer o mundo. Os iorubás foram expulsos da antiga Oyó pelos Nupês (Tapas) estabelecendo-se no que é a Oyó de hoje.

Império do Benin

Famoso por sua arte, o Benin, situado à sudeste de Ifé, foi fundado, segundo a tradição, também por Oranian, pai de Xangô, sendo então, intimamente aparentado com Oyó e Ifé. A primeira dinastia a reinar teve, segundo mitos, primeiro doze Obas (reis) e terminou por uma revolta, quando se constituiu em reino. Seu apogeu ocorreu no século XIV, com a capital Edo, que perdura até hoje.

A cultura nagô, evidenciada nesta pesquisa, tem procedência no grupo dos escravos sudaneses do império iorubá, acima citado, em suas origens. Na verdade a denominação “nagô” foi dada, no Brasil, a língua iorubá que foi, na Bahia, a “língua geral” dos escravos, tendo dominado as línguas faladas pelos escravos de outras nações. O iorubá compreende vários subgrupos e dialetos, entre os quais o Egbá, que inclui o grupo Ketu e Ijexá, das tribos do mesmo nome, cujos rituais foram adotados, principalmente o Ketu, pelos candomblés mais conservadores. Do ewe “anago”, nome dado pelos daomeanos aos povos que falavam o iorubá, tanto na Nigéria como no Daomé (atual Benin), Togo e arredores, e que os franceses chamavam apenas nagô.

* Fonte do texto: KI-ZERBO, Joseph. História da África. V. 1. Portugal: Publicações Europa-América, 1999.

Este texto foi produzido a partir do capítulo: A África antes do Islã. In: *Bantos, malês e identidade negra*.

Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988. p. 16-25.

custo de manutenção, pois os estabelecidos num lote de terra... deixavam de ser alimentados e vestidos por seu amo”.

(FRANCO JÚNIOR, Hilário. Feudalismo: uma sociedade religiosa, guerreira e camponesa. São Paulo: Ed. Moderna, p. 7 e 8).

De forma geral, o feudalismo foi fruto da lenta integração dos elementos germanos com os dos romanos, no período histórico compreendido entre os séc. V e IX. Tendo como principais estruturas romanas: as **Villaes** - grandes latifúndios que tendera a tomar-se auto-suficientes; o **Colonato** - sistema de trabalho em que o camponês aparece vinculado ao lote por ele ocupado, não podendo jamais abandoná-lo nem dele ser privado por interesse do proprietário; **Descentralização do Poder Político**; **Comitatus** - relação estabelecida entre o guerreiro e seu chefe, quando os primeiros prestavam juramento de fidelidade em troca de liderança à participação nos saques.

SISTEMA DE PRODUÇÃO FEUDAL

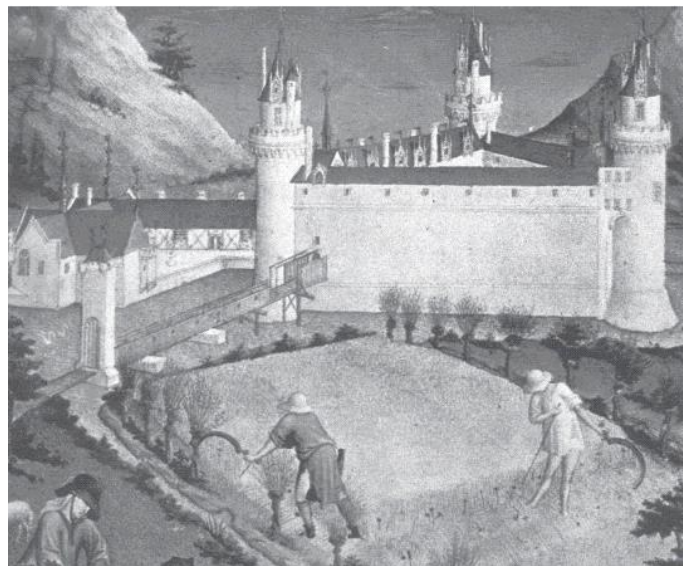
No modelo de feudalismo estudado, a essencial da atividade econômica provinha da agricultura voltada para a subsistência. A Europa Ocidental estava dividida entre grandes latifúndios - os feudos, cujas terras eram repartidas da seguinte forma:

➤ **RESERVA DO SENHOR (manso senhorial)**, terras reservadas ao senhor feudal, onde sua produção era destinada ao consumo dos senhores e seus familiares. Tendo como base de produção o trabalho servil obrigatório (corvéia);

➤ **MANSO SERVIL** - terras divididas em lotes entre os camponeses. Cada família camponesa cultivava seu lote retirando seu sustento e o necessário para pagar todos os tributos e as obrigações devidos aos senhores e à igreja;

➤ **MANSO DE RESERVA (terras comunais)** - compostos pelos bosques, pastagens, pradarias, terrenos baldios, utilizados tanto pelos senhores quanto pelos camponeses;

➤ **CASTELOS** - fortificação do senhor feudal, erguido em saliências naturais ou artificiais. Defendido pelo senhor e seus cavaleiros, tornou-se símbolo do poder regional, à medida que o poder dos reis foi desaparecendo.



Detalhe de um burgo pintado em um calendário medieval.

Os camponeses estavam ligados a terra não podendo deixá-la por sua livre e espontânea vontade, sendo chamados de servos. Eram trabalhadores típicos do feudalismo que ocupavam e cultivavam suas pequenas parcelas de terras sem serem proprietários, mas possuíam outros meios de produção essenciais ao trabalho agrícola como animais de tração, carretas e ferramentas. No entanto deviam uma série de obrigações e taxas, pagas geralmente em espécie, como:

- **CENSO** - também chamado de foro, espécie de renda paga pelo uso da terra. Geralmente direcionados aos vilões.

- **CAPITAÇÃO** - imposto pago por cabeça. Este mais direcionado aos servos.

- **CORVÉIA** - trabalho compulsório nas terras do senhor feudal.

- **TALHA** - obrigação do servo em entregar parte da produção anual das tenências (manso serviçal).

- **BANALIDADE** - tributo cobrado pelo uso dos instrumentos ou bens do senhor, como moinho, ponte, celeiro, forno, etc.

- **CONSÓRCIO** - necessidade de permissão do senhor para contrair matrimônio.

- **TAXA DE JUSTIÇA** - cobrado pelo senhor quando o servo cometia uma infração e requeria julgamento presidido pelo senhor ou seu representante.

- **PRESTAÇÃO** - hospitalidade forçada que servos e vilões deveriam oferecer aos grandes barões locais por ocasião das suas viagens, fornecendo alojamento e alimento para toda a comitiva.

- **MÃO MORTA** - tributo cobrado na transferência do lote de um servo falecido para seu herdeiro.

- **PRIMEIRA (1ª) NOITE** - obrigação do servo em ceder sua noiva ao senhor feudal, logo após o casamento.

- **TOSTÃO DE PEDRO** - contribuição à igreja para custear as despesas de viagens do Papa.

- **DÍZIMO** - obrigação do camponês em repassar a décima parte da produção para a igreja.

As igrejas e suas terras incrustadas nos feudos recebiam imunidades e isenções, não pagavam taxas nem estavam submetidos à autoridade dos senhores e seus agentes. Os pátios das igrejas eram considerados locais de asilo, onde viviam da caridade religiosa servos fugitivos, pobres, miseráveis, mendigos e toda sorte de

infelizes e rejeitados. A mentalidade religiosa medieval protegia com direito de hospitalidade o pobre, o louco e o doente, porque Cristo havia santificado a pobreza e, portanto, o pobre podia ser um enviado de Deus.

AS RELAÇÕES SOCIAIS

“A sociedade dos fiéis formam um só corpo, mas o Estado tem três corpos; com efeito, os nobres e os servos se regem pelo mesmo estatuto. (...), uns são guerreiros, protetores da igreja, são os defensores do povo, tanto dos grandes quanto dos pequenos. (...) A outra classe é a dos servos, esta desgraçada raça nada possui senão à custa de sofrimento. Dinheiro, vestuário, alimento, tudo os servos fornecem a toda gente; nem um só homem livre poderia subsistir sem os servos (...) O senhor é alimentado pelo servo, ele que pretende alimentá-lo (...)”.

“A casa de Deus, que cremos ser uma, está, pois, dividida em três: uns oram, outros combatem, e outros, enfim trabalham. (...) os servos prestados por uma das partes são a condição da obra das outras duas; e cada uma, por sua vez, se encarrega de aliviar o todo (...). É assim que a lei tem podido triunfar e que o mundo tem podido gozar da paz”.

(Bispo Adalbéron de Leo, séc. XI, apnd. LE-GOFF, Jacques. A Civilização do Ocidente Medieval. Lisboa; Editorial Estampa, 1984, v. 11. p. 45-46).

Essa formulação reflete claramente a hierarquia da sociedade feudal, dividida em estamentos: “**uns rezam**” (clero, oradores, carneiros), “**outros combatem**” (cavaleiros, bellatores, cães) e “**outros trabalham**” (servos, laboradores, bois). No entanto, podemos reunir essas classes em dois grupos, os **senhores** (laico e eclesiástico) e os **servos** (camponeses). Essa ordem, segundo aqueles que a defendia, era fruto da determinação divina, isto é, cada indivíduo tinha que aceitar incondicionalmente a sua situação, onde as possibilidades de alterá-la praticamente não existia.

a) **CLERO**: os que oram - encarregados de proteger a sociedade dos demônios e de salvar as almas.

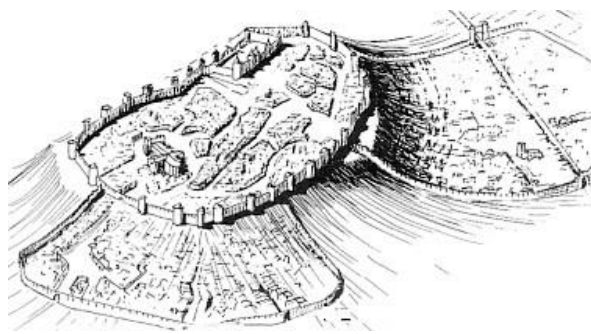
b) **NOBREZA**: ao que combatem - cavaleiros, responsáveis pela proteção da igreja e dos pobres. Inicialmente, o título de cavaleiro era aberto a todos que pudessem armar-se. Posteriormente, somente os filhos de cavaleiros poderiam ser guerreiros.

c) **SERVOS**: os que trabalhavam para sustentar os que oravam e os que combatiam. Camponeses presos a terra, por isso eram conhecidos como servos da gleba. Eram desprovidos de liberdade, contudo não eram escravos, pois tinham suas condições humanas reconhecidas, não poderiam ser vendidos sem a terra e nem a terra sem os servos.

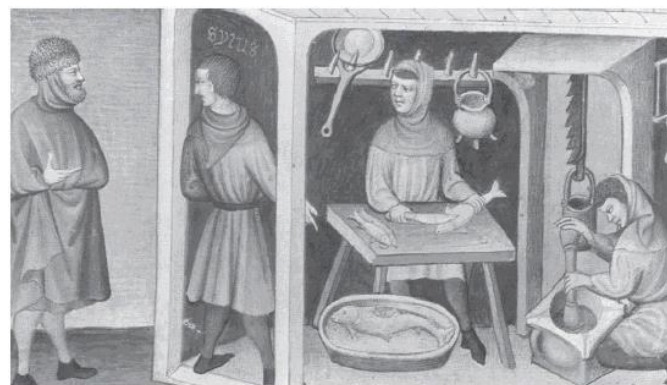
d) **VILÕES**: eram camponeses livres que poderiam ter sua própria faixa de terra ou viver de caridade, Vagando pelos relidos em busca de trabalho.

Podemos caracterizar a relação de suserania e vassalagem da seguinte forma: o SUSERANO doa benefício (terra) e proteção ao VASSALO em troca de fidelidade, ajuda militar e ajuda material.

AS CIDADES NA IDADE MÉDIA



Sua organização econômica era formada pelas **Corporações de ofícios e Associações de Mercadores**. As corporações de ofício eram o agrupamento de oficinas de um mesmo ramo de produção (ofício) e de uma mesma cidade, cuja finalidade era impedir a concorrência entre os artesãos, tanto a nível local quanto de outras cidades, e adequar a produção local. Tendo em vista que o comércio era insignificante, já que a auto-suficiência dos feudos era grande. Os senhores e os camponeses satisfaziam suas necessidades dentro do próprio domínio senhorial, e principalmente, no caso do camponês, no âmbito doméstico, depois de pagar os dízimos da igreja e os tributos devidos ao senhor.



Feira medieval.

Nas corporações podemos identificar três categorias: o MESTRE, dono da oficina e conhecedor da profissão (responsável pela produção, salário, etc); JORNALEIRO, assalariado; e o APRENDIZ, que, em troca de casa e comida, aprendia o ofício.

Os comerciantes também procuravam evitar a concorrência, por isso fundaram as associações de mercadores, na Itália denominadas de Guilda e no norte da Europa de Ransas (comunidades de mercadores).

Nesse período o mercado existia em níveis locais. Pois, além da falta de um mercado consumidor forte devido à auto-suficiência dos feudos, os comerciantes eram marginalizados por proibições religiosas, que viam o comércio como algo pecaminoso. Tendo nos judeus os mais eficientes mercadores. Apenas na Baixa Idade Média que irá ocorrer o grande comércio de longa distância voltando a ligar entre si as diferentes regiões. Fato este que ficou conhecido como **Renascimento Comercial e Urbano**.

MENTALIDADE E IGREJA CATÓLICA

O Cristianismo é num sentido histórico uma ruptura

do Judaísmo. Jesus de Nazaré, o Cristo, nascido na Palestina nos dias de César Augusto (séc. I), amplia os valores e princípios do judaísmo e institui uma religião centrada na fé monoteísta, no amor fraterno e na esperança futura. Após sua morte e ressurreição seus apóstolos se encarregam de espalhar pelos confins da terra os ensinamentos e vida de Cristo. Pelo menos três fatores históricos contribuíram para a rápida expansão da fé cristã: a centralização territorial e política do império romano (as cidades constituíam-se num excelente centro de divulgação da nova religião); a universalidade cultural (a expansão do helenismo possibilitou que grande parte do mundo Mediterrâneo falasse o grego); e a diáspora dos judeus, a dispersão do povo judeu resultou na criação das sinagogas onde se anunciava a vinda do Messias, e os cristãos afirmavam que o Messias era Cristo.

Os três primeiros séculos do cristianismo foram marcados por um conflito com o Estado imperial romano, que não aceitou a nova religião, tanto pelo fato dela colidir com seus valores - poder e violência - quanto pela recusa dos cristãos de reconhecerem César como deus. Milhares de cristãos sofreram o martírio, em especial nos circos romanos. Somente em 313 é que o imperador Constantino, visando o apoio das massas cristãs na luta pelo poder, baixa um edito dando liberdade de culto para o cristianismo (edito de Milão). Posteriormente o imperador Teodósio, entre 380 e 391, baixa uma série de editos que transformaram o cristianismo em religião oficial do império. Com a queda do Estado romano no Ocidente, o papel político da Igreja vai somar-se a seu papel espiritual, pois a igreja vai defender a idéia de que ela se tornou a única herdeira legítima do Império Romano.



Catedral de Notre-Dame, Paris.

Na época medieval era a mais poderosa instituição controladora do saber e detentora do excepcional controle ideológico.

“Igreja era a maior detentora de terras naquelas sociedades essencialmente agrária, (...) Ela controlava as manifestações mais íntimas da vida dos indivíduos: sua consciência através da confissão, sua vida sexual através do casamento, seu tempo através do calendário litúrgico, seu conhecimento através do controle sobre as artes, festas, o pensamento, seu domínio sobre a própria vida e a própria morte através dos sacramentos (só se nasce verdadeiramente com o batismo, só se tem o descanso eterno no solo sagrado do cemitério). Ela legitimava as relações horizontais sacralizando o contrato feudo-vassálico, e as verticais justificando a dependência servi”.

(Hilário Franco Júnior. Idade Média. Nascimento do Ocidente. Brasiliense. P 71).

Na Idade Média, o sentimento que dominou o homem dessa época, foi o da insegurança do medo. Acossado pela fome, epidemia, guerras e pela morte sempre próxima, o homem medieval tinha uma preocupação fundamental com a salvação da alma, com o pecado, com o inferno, o purgatório e o paraíso. Ele temia a noite que imaginava ser um símbolo das trevas, onde se encontravam todos os seres demoníacos, que poderiam tentar levá-lo à perdição da alma. Vinha daí o receio de certos animais como a coruja, os morcegos, os gatos, etc.

A mentalidade religiosa também desprezava o corpo humano, visto como símbolo do pecado, objeto das tentações demoníacas. O sexo era considerado pecado grave, provocado pelo demônio, com objetivo de ganhar as almas dos amantes para o inferno.

É nesse contexto, que a Igreja Católica Romana teve um papel fundamental na sociedade feudal, não só por ser a grande proprietária de terras, mas também por ter modelado toda a concepção de mundo e a mentalidade das diversas camadas sociais. Isso se deu, principalmente, porque propunha uma vida melhor após a morte, servindo assim, de consolo para esses homens. Perante isso, a igreja fornecia as justificativas religiosas para as desigualdades sociais, servidão e a vassalagem, ao considerar a sociedade como manifestação da vontade de Deus. Ela condenava a rebeldia dos servos, a quem ensinava que a humildade e o conformismo eram maneiras de cumprir as ordens divinas. Pois, o orgulho e a revolta, eram obras satânicas que afastavam a alma da salvação.

No entanto, a partir do séc. XII, tornaram-se comuns às revoltas camponesas e os movimentos heréticos de cunho popular. As HERESIAS eram movimentos cristãos que se opuseram aos ensinamentos e a hierarquia da igreja romana. Teve caráter urbano, tanto na sua expansão quanto em seu combate.

Esses movimentos, inicialmente espontâneos, acabaram por organizar seus fiéis em igrejas próprias, intensamente perseguidas e violentamente massacradas. A luta contra os hereges levou à criação do Tribunal da Santa Inquisição, que julgava e condenava os acusados de crimes religiosos.

POVOS PRÉ-COLOMBIANOS

As sociedades da Mesoamérica

Por Mesoamérica – conceito criado na década de 1940 – entende-se a região onde se desenvolveram as primeiras sociedades complexas do continente americano. Ela engloba territórios da América Central e também do extremo sul da América do Norte. Para os estudiosos, porém, a importância da Mesoamérica está ligada mais aos aspectos histórico-culturais do que aos geográficos

Período pré-clássico ou formativo (1500 a.C.-250 da era cristã)

Os maias organizaram-se inicialmente em pequenos núcleos sedentários baseados no cultivo do milho, feijão e abóbora. Construíram centros cerimoniais que, por volta do ano 200 da era cristã, evoluíram para cidades com

templos, pirâmides, palácios e mercados. Também desenvolveram um sistema de escrita hieroglífica, um calendário e uma astronomia altamente sofisticados. Sabiam fazer papel a partir da casca de ficus e com ele produziam livros.

Período clássico ou antigo império (séculos III-IX)

Em seu auge, a civilização maia abrangia mais de quarenta cidades e acredita-se que a população tenha alcançado dois milhões de habitantes, a maioria dos quais ocupava as planícies da região onde hoje é a Guatemala.

As principais cidades eram Tikal, Uaxactún, Copán, Bonampak, Palenque e Río Bec. A população vivia fora dos grandes centros e as classes altas em bairros próximos. Disperso em aldeias dedicadas à agricultura, o povo deslocava-se até os núcleos urbanos apenas para celebrar rituais religiosos e fazer negócios.

A expansão territorial empreendida no final do século IV para o oeste e o sudeste fez surgir os centros populacionais de Palenque, Piedras Negras e Copán. Impulsionados provavelmente pelo aumento populacional que resultou de um período de excedentes agrícolas, os maias prosseguiram rumo ao norte até controlarem toda a península de Yucatán.

O apogeu cultural -- de que dão testemunho as ruínas dos templos de Palenque, Tikal e Copán, as numerosas estelas com relevos hieroglíficos e a rica cerâmica policromada e figurativa -- ocorreu na segunda metade do século VIII. Acredita-se que nesse período as cidades-estado maias formavam uma espécie de federação de caráter teocrático e estritamente hierarquizada em diferentes classes sociais.

Seguiu-se a esse período pacífico uma fase de decadência cujas causas são desconhecidas. Possivelmente uma catástrofe, uma invasão estrangeira inesperada ou uma epidemia, justifique a abrupta mudança de rumos.

Uma revolta dos camponeses contra os sacerdotes e o empobrecimento do solo são, no entanto, os motivos mais plausíveis que teriam levado os maias a abandonarem os núcleos urbanos e arredores para se instalarem ao norte de Yucatán, onde começou a reorganização do estado que originou o novo império.

Período pós-clássico ou novo império (séculos X-XVI)

Depois que a grande civilização maia da região central entrou em decadência, a da porção setentrional da península de Yucatán atingiu seu apogeu. O novo império ou período pós-clássico sofreu forte influência mexicana, como atestam o militarismo e o culto a Kukulcán (Quetzalcóatl, para os toltecas), simbolizado pela figura da serpente emplumada. Os núcleos principais desse período eram Chichén Itzá, Uxmal e Mayapán.

No final do século XII, a cidade de Mayapán passou a dominar toda a península e organizou um império que durou até meados do século XV, quando líderes de outras cidades rebelaram-se contra essa hegemonia. Mayapán foi arrasada, e iniciou-se um novo e longo período de anarquia e desintegração da civilização maia.

Ao caos resultante das lutas entre diversas cidades independentes pela primazia somaram-se desgraças naturais como o furacão de 1464 e a peste de 1480. Centros outrora esplendorosos foram abandonados e os maias voltaram a Petén, na região central.

Os espanhóis, que chegaram à costa de Yucatán em 1511, tiveram sua tarefa de conquista facilitada pela decadência maia e sua fragmentação interna. No final da

década de 1520, todos os territórios de influência maia haviam sido dominados.

Pedro de Alvarado conquistou a Guatemala em 1525, e Francisco de Montejo ocupou em 1527 o Yucatán, cuja conquista foi consolidada por seu filho e homônimo em 1536. Apenas a região central, sob controle dos itz'ats, permaneceu independente até 1697, quando foi ocupada por Martín de Ursúa.

Localização geográfica

Ao maias ocupavam a península de Iucatán um território de cerca de 900 km.

Formado por montanhas e planícies. Uma tensa selva tropical cobre essa terra úmida.

Corresponde ao sul do atual México, Guatemala, Belize e Honduras.

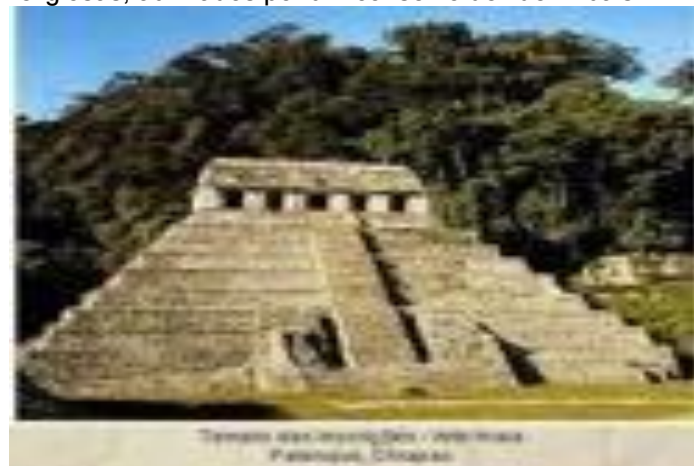


Estima-se que, no final do século XV, viviam na América cerca 50 milhões de pessoas. Elas estavam distribuídas em sociedades muito diversas entre si, do ponto de vista cultural, político, econômico e social.

Organização política

Os maias viviam em Cidades-Estado governadas por chefes cujo poder era hereditário.

O chefe de cada cidade exercia funções políticas e religiosas, auxiliados por um conselho de líderes tribais.



Os maias adoravam vários deuses que puderam ser identificados em códices do período pós-clássico e em muitos monumentos. Na maioria estavam associados à natureza, como os deuses da chuva, do solo, o deus Sol, a deusa Lua e um deus do milho. Para fazer pactos com esses deuses, o povo sacrificava animais e até seres humanos, em escala reduzida, e oferecia o próprio sangue. A partir do século X, passaram a adorar Kukulcán.

O desenvolvimento da aritmética permitiu cálculos astronômicos de notável exatidão. Os maias conheciam o movimento do Sol, da Lua e de Vênus, e provavelmente de outros planetas. Inventores do conceito de abstração matemática, os maias criaram um número equivalente a

zero -- conceito até então desenvolvido apenas por uma civilização hindu primitiva -- e estabeleceram o valor relativo dos algarismos de acordo com sua posição. Seu sistema de numeração de base vinte era simbolizado por pontos e barras.

Graças a estudos minuciosos do movimento celeste em observatórios construídos para essa finalidade, os astrônomos maias foram capazes de determinar o ano solar de 365 dias. No calendário maia, havia um ano sagrado (de 260 dias) e um laico (de 365 dias), composto de 18 meses de vinte dias, seguidos de cinco dias considerados nefastos para a realização de qualquer empreendimento. Também adotavam um dia extra a cada quatro anos, como ocorre no atual ano bissexto.

Os dois calendários eram sobrepostos para formar a chamada roda ou calendário circular. Para situar os acontecimentos em ordem cronológica usava-se o método da "conta longa", a partir do ano zero, correspondente a 3114 a.C.. A inscrição da data registrava o número de ciclos -- kin (dia), uinal (mês), tun (ano), katun (vinte anos), baktun (400 anos) e alautun (64 milhões de anos) -- decorridos até a data considerada. Acrescentavam-se informações sobre a fase da Lua e aplicava-se uma fórmula de correção de calendário que harmonizava a data convencional com a verdadeira posição do dia no ano solar.

OS INCAS

História

A palavra inca significa "chefe", "príncipe". Os conquistadores espanhóis chamaram os nativos de "povo dos incas" e ignora-se o nome que davam a si mesmos. Os incas não possuíam sistema de escrita, nem deixaram registros históricos. Seu passado foi reconstruído por meio das lendas transmitidas por tradição oral.

Os fatos mais antigos referem-se ao vulto lendário do primeiro soberano, Manco Cápac I, que se estabeleceu com a família no vale de Cuzco e dominou os povos que ali habitavam, no fim do século XII. Manco Cápac foi sucedido por Sinchi Roca, Lhoque Yupanqui e Mayta Cápac. Com o último, no século IV, na época da grande seca que assolou os Andes centrais, iniciou-se a anexação dos vales vizinhos às terras incas.

As conquistas consolidaram-se com os feitos militares dos soberanos Cápac Yupanqui, Inca Roca, Yahuar Huacac e, principalmente, Viracocha. Os territórios ocupados passaram a ser controlados por guarnições militares e funcionários incas. O império organizou-se politicamente com a unificação dos antigos povos autônomos, que continuaram desfrutando de relativa liberdade. Mantiveram-se usos e costumes locais, mas foram impostos elementos de coesão, como a língua, a religião (culto ao Sol) e tributos.

O império inca histórico teve início com Pachacútec Inca Yupanqui, que ocupou o trono a partir de 1438. A ele atribuem-se os projetos de Cuzco, a construção do templo do Sol e a adoção do sistema de cultivo em terraços. Em seu governo, o império expandiu-se para o sul, até o lago Titicaca, e para o norte, até a região de Huánuco.

O exército era formado, em sua maioria, por guerreiros recrutados entre os povos dominados. Pachacútec iniciou a prática do mitmac, sistema pelo qual vários grupos de habitantes das regiões conquistadas eram deportados para outras regiões e substituídos por colonos já pacificados, para prevenir possíveis rebeliões.

No governo de Túpac Inca Yupanqui, filho e sucessor de Pachacútec, o império atingiu o apogeu. Entre 1471 e 1493, os incas conquistaram todo o planalto andino e os territórios setentrionais do Chile e Argentina atuais.

Uma série de rebeliões, sufocadas com dificuldade, irrompeu no governo seguinte, de Huayna Cápac. Com ele, o império alcançou sua maior extensão geográfica, mas, depois de sua morte, foi dividido entre seus filhos, Huáscar e Atahualpa. A luta pelo poder levou-os a uma guerra civil no momento da chegada dos espanhóis, que tiveram a conquista do território favorecida pelo progressivo enfraquecimento do império.

Francisco Pizarro chegou ao território inca em 1531. No ano seguinte conseguiu capturar Atahualpa, e em 1533, no mesmo ano da morte deste, os espanhóis ocuparam Cuzco e reconheceram Manco Cápac II como imperador. Aos poucos, entretanto, os conquistadores saquearam e destruíram palácios e cidades e escravizaram a população. A cultura inca desapareceu gradualmente, apesar de alguns núcleos de resistência, como o do último imperador, Manco Inca, decapitado em 1572.

Economia

Dirigida pelo estado, a economia inca era acima de tudo agrária e baseada no plantio de batata e milho. As técnicas eram muito rudimentares, pois não se conhecia o arado. Os incas, no entanto, desenvolveram um sistema de irrigação com canais e aquedutos.

As terras pertenciam ao estado e eram repartidas, a cada ano, entre os vários estamentos sociais. Não existia, portanto, a propriedade privada. A aristocracia recebia as melhores terras, cultivadas pelas classes mais baixas.

Na pecuária, também importante, destacavam-se os rebanhos de lhamas, alpacas e vicunhas, que forneciam carne, leite e lã, além de serem usadas no transporte. O comércio não era importante e não existia moeda.

Os incas desconheciam a roda, mas construíram uma excelente rede de estradas que ligava Cuzco a todo o resto do império.

Cultura

Os incas desconheciam a escrita, mas sua tradição oral foi registrada pelos conquistadores espanhóis. Possuíam um sistema peculiar de registro, provavelmente utilizado apenas para números, chamado quipus (cordéis de cores variadas, com nós em determinadas posições), utilizados para avivar a memória.

Seu idioma, o quíchua, foi elemento importante de unidade nacional. São notáveis os trabalhos de arquitetura e engenharia inca. As monumentais construções de pedra eram de grande simplicidade e beleza, embora não se utilizassem o arco, a coluna e a abóbada.

Os principais monumentos são o templo de Coricancha, em Cuzco, as fortalezas de Sacsahuamán, Pukara e Paramonga e as ruínas de Machu Picchu.

Os artesãos incas eram peritos na lavra de ornamentos de ouro e prata e deixaram peças admiráveis feitas nesses metais, em cobre e cerâmica. Excelentes tecelões, decoravam tecidos de vicunha e algodão com penas coloridas.

Organização Política

No momento da chegada dos espanhóis, o Império Inca se estendia desde o norte do Equador até o centro do Chile, compreendendo a serra do Equador e Peru, o altiplano boliviano e o noroeste da Argentina. A superfície aproximada do território era um milhão e meio de quilômetros quadrados, com uma população estimada entre os quatro e seis milhões de habitantes. Sua capital

se chamava Cuzco, que na língua quechua significa "umbigo do mundo".

No momento de maior expansão, o Tahuatisuyu estava dividido em quatro partes: o Collasuyu, no Sul, que era a mais extensa; o Cuntisuyu, segunda parte do império, que englobava as regiões situadas ao oeste e sudoeste do Cuzco; o Chinchasuyu, que ocupava o território do Equador e o sul da Colômbia e o Antisuyu, que se estendia até o Leste, onde estavam as ladeiras orientais da cordilheira e o começo das selvas amazônicas.

A política de estado era dirigida a integrar as povoações dominadas numa economia capaz de sustentar um império expansionista, estabelecendo uma combinação entre a utilização da terra e do trabalho. Dividiram a administração em setores de dez, cem, mil e dez mil habitantes, cada um deles a cargo de pessoas nomeadas pelo Inca. Isto comprova que os Incas conheceram e aplicaram o sistema decimal desde o século XI da era cristã.

Dentro de cada comunidade eram separadas extensões de terra que constituíam propriedades do Estado, que eram trabalhadas pela população como cumprimento de suas obrigações tributárias. Outra forma de posse de terras eram os "enclaves" estatais de produção (destinados a agricultura intensiva) e os centros administrativos (encarregados do controle de pessoas e tributo das regiões).

Os imperadores incas puderam manter e desenvolver seu extenso domínio, devido a preocupação com o bem estar e a felicidade de seus súditos; não conheciam a fome nem as injustiças agudas, num império denominado "paternalista", bem organizado.

Religião

Com inteligente visão política, os incas incorporaram deuses e crenças dos povos conquistados, num sincretismo religioso que explica a coexistência da religião oficial e de vários cultos e rituais derivados do ciclo agrícola.

Ao deus Sol, Inti, considerado pai da nobreza inca, eram consagrados os principais templos. A reforma religiosa do imperador Pachacútec substituiu o culto de Inti pelo de Viracocha. Segundo historiadores, Viracocha tinha sido o deus supremo de civilizações pré-incaicas e era visto como herói civilizador, criador da Terra, dos homens e dos animais.

Apu Illapu, senhor dos raios e da chuva, era o protetor dos guerreiros e camponeses. Em tempos de seca, a ele ofereciam-se sacrifícios (às vezes humanos). Entre as divindades femininas, Mamaquilla era a Lua, esposa do Sol, em torno da qual se organizava o calendário das festas agrícolas e religiosas. Pacha Mama, designação da mãe-terra, protegia os rebanhos de lhamas. Seu equivalente masculino, Pachacámac, era cultuado sobretudo na região litorânea. O mar e as estrelas também representavam manifestações divinas.

As cerimônias se realizavam ao ar livre. Os templos tinham em geral um só recinto e habitações anexas para os sacerdotes. Construíram-se grandes templos em localidades importantes, como Cuzco e Vilcas-Huamán, considerado o centro geográfico do império. Junto ao templo de Cuzco, dedicado a Inti, ficavam as "casas do saber" -- onde se formavam contadores, cronistas e outros sábios -- e a "casa das virgens do Sol", que deviam permanecer castas e dedicadas ao culto de Inti, salvo se escolhidas como concubinas pelo imperador ou por ele oferecidas a favoritos.

A casta sacerdotal, vinculada à nobreza, detinha grande poder e possuía terras. Os sacerdotes eram considerados funcionários imperiais e deviam obediência ao sumo-sacerdote -- o huillac humu, de linhagem nobre --, radicado no templo de Cuzco.

Os sacrifícios constituíam parte essencial da religião dos incas. Nas ocasiões importantes, exigiam-se sacrifícios de animais ou pessoas, mas o comum eram as oferendas de flores, bebidas, folhas de coca e vestes, lançadas ao fogo sagrado.

As diversas festividades, em que se realizavam procissões e danças rituais, eram estabelecidas de acordo com os ciclos agrícolas. Atribuíam-se as calamidades públicas à inobservância de algum preceito ou ritual, que devia ser confessada e expiada para acalmar a cólera divina.

Os sacerdotes desempenhavam a função de curandeiros, praticavam exorcismo e faziam previsões antes de qualquer acontecimento público ou privado importante. Nos pontos mais altos dos Andes erguiam-se montes de pedras, aos quais o viajante acrescentava a sua para pedir uma boa travessia.

Construíam-se grandes túmulos e monumentos funerários, pois os incas acreditavam na sobrevivência da alma depois da morte: os que tinham obedecido às ordens do imperador sobreviviam confortados pelo Sol, enquanto os insubordinados permaneciam eternamente sob a terra.

Os Astecas

História Asteca

Os astecas, também chamados mexicas ou tenochcas, chegaram ao vale do México no início do século XII da era cristã, procedentes de Chicomoztoc ("sete grutas"), situada em algum ponto desconhecido do noroeste do México.

Outros povos de língua náuatle, como os chichimecas, acolhuas, tepanecas, culhuas, toltecas e pipiles haviam chegado anteriormente à região. As sete tribos astecas, guiadas por vários sacerdotes e caudilhos, e seguindo os designios do deus Huitzilopochtli, assentaram-se sucessivamente no lago Pátzcuaro e em Coatepec antes de chegar ao vale. Depois de passar pela antiga cidade de Tula, por Zumpango, por Cuauhtitlan e por Ecatepec; em 1276 os astecas, governados por Hutzilihuitl o Velho, estabeleceram-se em Chapultepec, onde ficaram famosos pela agressividade e pela prática de cruéis sacrifícios.

Em 1319 foram derrotados pelos culhuas e outros povos do lago Texcoco e acabaram confinados em Tizapán. Posteriormente se aliaram aos culhuas, mas depois do sacrifício de Achitometl, filha do senhor de Culhuacan, Coxcoxtli, tiveram que fugir pelo lago de Texcoco. Numa das ilhas do lago, a visão de uma águia que comia uma serpente lhes indicou o lugar onde deveriam construir sua nova capital, Tenochtitlan, fundada em 1325.

Durante os anos seguintes, os astecas e os tlatelolcas, grupo mexícatl estabelecido numa ilha próxima, passaram a pagar tributos aos tepanecas de Azcapotzalco. Em 1376, o príncipe culhua Acamapichtli proclamou-se tlatoani (rei) dos astecas, com o consentimento de Tezozómoc, soberano tepaneca.

Huitzilihuitl sucedeu Acamapichtli em 1396 e, depois de casar com uma filha de Tezozómoc, conseguiu reduzir os tributos pagos a Azcapotzalco. Durante o reinado de Chimalpopoca (1417-1427), neto de Tezozómoc, os astecas ajudaram os tepanecas a conquistar a cidade de Texcoco e aboliram o pagamento de tributos. Depois da morte de seu avô, Chimalpopoca foi preso e morto pelo

novo rei tepaneca, Maztla.

Tríplice Aliança

A atitude agressiva de Azcapotzalco provocou a união entre Tenochtitlan, Texcoco e outro pequeno estado, Tlacopan. Os aliados venceram os tepanecas e iniciaram um período de expansão territorial. A confederação das três cidades tinha um caráter predominantemente militar, tanto ofensivo como defensivo. Durante o reinado de Izcóatl, a Tríplice Aliança estendeu seus domínios pela zona ocidental do vale do México.

Entre 1440 e 1469 reinou em Tenochtitlan Montezuma I Ilhuicamina, que consolidou as conquistas anteriores e empreendeu outras. Nessa época se iniciou o período áureo de Tenochtitlan, tanto no aspecto econômico como no artístico, e organizaram-se as "guerras floridas", campanhas militares anuais contra as cidades independentes de Tlaxcala e Huejotzingo com a finalidade de fazer prisioneiros para sacrifícios religiosos.

Axayácatl sucedeu Montezuma I em 1469. Durante seu reinado, os astecas conquistaram a cidade de Tlatelolco e as regiões do vale de Toluca, ocupadas pelos matlatzimas, otomis e mazahuas. Entretanto, os tarascos de Michoacán, armados com espadas de cobre (os astecas usavam armas de pedra e madeira), conseguiram conter o ímpeto conquistador da Tríplice Aliança.

Entre 1481 e 1486 reinou Tizoc, que morreu assassinado por uma conspiração palaciana. Seu sucessor, Ahuizotl, ampliou ao máximo as fronteiras do império asteca, impondo seu poderio sobre Oaxaca, Tehuantepec e parte da Guatemala. Artesãos e comerciantes prosperaram durante seu reinado, e Tenochtitlan viveu um período de grande desenvolvimento artístico e arquitetônico.

Em 1502, depois da morte de Ahuizotl, seu sobrinho Montezuma II Xocoyotzin, eleito tlatoani, continuou a política imperialista de seus precursores e fortaleceu o poder monárquico. Durante seu reinado cresceu o descontentamento entre os povos submetidos pela Tríplice Aliança e houve o primeiro contato com os conquistadores espanhóis, em 1519.

Naquela época, o império asteca se estendia por uma superfície de mais de 200.000km² e tinha uma população de cinco a seis milhões de habitantes.

Destruição do império asteca

Montezuma acolheu amistosamente os estrangeiros brancos, acreditando que Hernán Cortés era a encarnação do deus Quetzalcóatl, cuja chegada havia sido anunciada por profecias. Algumas centenas de espanhóis, apoiados por tribos indígenas inimigas dos astecas, chegaram a Tenochtitlan, onde foram recebidos como hóspedes.

Um ataque asteca ao enclave espanhol de Vera Cruz, na costa do golfo do México, serviu de pretexto a Cortés para aprisionar Montezuma em sua própria corte. Finalmente, em 30 de junho de 1520, os guerreiros de Tenochtitlan, dirigidos por Cuitláhuac, irmão de Montezuma, obrigaram os espanhóis e seus aliados a abandonar a cidade.

Uma epidemia de varíola, trazida do Velho Mundo pelos espanhóis dizimou, durante os meses seguintes, a população de Tenochtitlan. Enquanto isso, Cortés se dedicou a reorganizar e reforçar seu exército e a preparar a invasão à capital asteca. Em abril de 1521, os espanhóis iniciaram o sítio de Tenochtitlan. Os astecas, sem água e alimentos, resistiram durante quatro meses. Em 13 de agosto houve o assalto final, durante o qual os astecas defenderam valorosamente sua cidade até os últimos momentos. Cuauhtémoc, o último tlatoani, foi

preso pelos conquistadores quando tentava escapar numa canoa com a intenção de se refugiar nas províncias e reorganizar as forças astecas. A queda da capital, a prisão do rei e a dispersão do exército asteca favoreceram a conquista do resto do império pelos espanhóis.

Da capital reconstruída, Cortés organizou diversas expedições pelo território mexicano e centro-americano, que em 1534 foi convertido no vice-reino da Nova Espanha ou do México.

Modelo de sociedade

IMPERADOR: o poder do imperador era de origem divina,
SACERDOTES: São servidores do templo dos deuses controlavam cultos religiosos, rituais e sacrifícios guardavam livros e tinham direito de votar na escolha do imperador.

TECUHTLI: eram dignitários do grande conselho governadores juízes poderiam participar na escolha do imperador.

POCHTECA: eram os negociantes comerciantes

TOLTECAS: Artesãos estavam livres da corvêia pagavam impostos.

CAPULLI: Chefe do povo era quem distribuía terra e moradias.

MACEUALLI: Povo tem que pagar tributos, compor o exercito tinham direito a casamento.

TIATLACATION: Escravos base da riqueza da terra que era um bem coletivo, trabalho servil.

HISTÓRIA DO BRASIL PRÉ CABRALICO

Viviam de maneira Primitiva de com um modo econômico de subsistência Ocupação há 45 mil anos (Guidon, N.)

Com uma enorme diferença entre os grupos, eram Politeístas Naturais onde possuíam uma divisão do trabalho

- **Mulher :** agricultura, organização social e filhos

Homem : caça, armas, mato Caçadores e Coletores Produção de subsistência

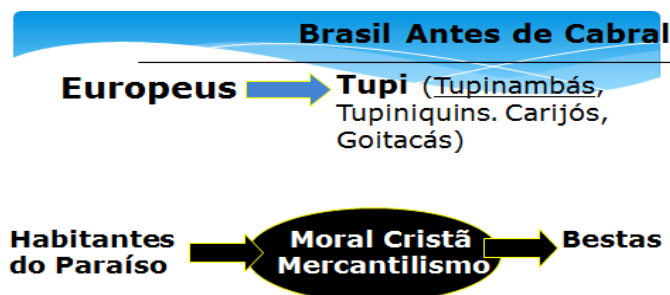
- * Organizações familiares – matrilineares / patrilineares
- * Casamentos - Poligâmicos- Poliândricos e até monogâmicos





Características do indígenas do Brasil pré cabralico

- * **Caça, pesca e coleta de frutas e raízes, pouca agricultura**
- * **Comércio na forma de escambo – troca ritual**
- * **Existência de ampla solidariedade entre as aldeias**
- * **Guerras rituais – renovação genética e complementação populacional**
- * **Parentesco – Patrilinear – linha paterna**
- * **Matrilinear – linha materna**



HISTÓRIA DO BRASIL

A CHEGADA DOS EUROPEUS AO “NOVO MUNDO”

O MERCANTILISMO:

1. Histórico:

Convencionou-se denominar “mercantilismo” ao conjunto das teorias e das práticas de intervenção estatal na economia, que se desenvolveram na Europa entre a metade do século XV e a segunda metade do século XVI. É importante que se lembre, que em fins do século XV os países europeus vivem um processo de centralização monárquica, que determinará o surgimento dos Estados Modernos. Dessa forma, tornava-se necessário organizar a vida econômica de toda a nação, experiência nova para os homens da época.



Navios comerciantes.

Tornou-se imprescindível, pois, uma economia nacional, planificada, dirigida, que viabilizasse um Estado rico, próspero e poderoso, a exemplo da Espanha do século XVI. Quando os homens da época se perguntavam a respeito das razões do poderio espanhol, a resposta vinha curta, simples e pronta – a prosperidade espanhola estava relacionada diretamente com a quantidade de metais preciosos que a nação possuía. Esta convicção se generaliza à medida em que o ouro e a prata passam a ser vistos como o “mais perfeito instrumento de aquisição da riqueza”. Confundiram, portanto, riqueza com dinheiro. É o que se conhece como “idéia metalista” ou metalismo, característica essencial do Mercantilismo.

O pensamento mercantilista não foi o mesmo nos diversos Estados europeus. Adaptou-se às condições particulares de cada um deles, mas, sempre com a idéia metalista presente, e em primeiro plano, pelo menos nos séculos XVI e XVII.

A intervenção do Estado na economia visava o engrandecimento e a prosperidade da nação. Assim o intervencionismo e o nacionalismo destacam-se como característica do Mercantilismo. E uma vez realizado o expansionismo marítimo, impunha-se a natural colonização das terras conquistadas, o que se faz sob o signo do Mercantilismo e do Absolutismo.

Mercantilismo e colonialismo são atividades paralelas na Idade Moderna, inter-relacionadas, que não podem ser explicadas por si mesmas, senão observando influências recíprocas. É dentro desse prisma que se realiza a árdua tarefa de colonização das áreas conquistadas e recém-incorporadas ao domínio europeu.

2. Características Gerais do Mercantilismo:

- a) Busca de superávit comercial;
 - b) Intervencionismo estatal;
 - c) Metalismo; e
 - d) Colonialismo.
3. O colonialismo: as colônias eram mercados exclusivos das suas respectivas metrópoles, e o papel das mesmas na divisão do trabalho internacional estabelecida com a constituição de uma economia de dimensões mundiais, era o de produzir gêneros tropicais e metais preciosos, e de serem mercados consumidores dos manufaturados comercializados pelas metrópoles européias, constituindo-se assim o **pacto colonial**.

Dentro do contexto mercantilista europeu ocorre a expedição portuguesa de conquista e ocupação do comércio das Índias, comandada por Pedro Álvares Cabral, em 1500. Marca também a chegada dos europeus no Brasil. Inaugurando assim o processo migratório para estas terras.

Inicialmente, o contato foi limitado pelo desinteresse econômico da Coroa com a região descoberta desprovida de metais preciosos e de mercado consumido.

1500 – 1530 → Fase caracterizada como pré-colonial,

devido Portugal auferir enormes lucros decorrente do comércio com as Índias e da exploração do litoral africano, torna-se desinteressante transferir recursos, homens e navios para ocupação da nova terra, cujo retorno imediato era dado apenas por madeira tintorial, papagaios e pimenta.

Esta fase caracteriza-se pela relação aparentemente amistosa entre os portugueses e os indígenas em uma relação baseada no escambo (troca de mercadorias).

1530 → devido à crise do comércio com as Índias e as constantes ameaças de invasão do Brasil, os portugueses iniciam a colonização, empregando a proposta mercantilista, baseada no *plantation* (produção agrícola), voltada ao mercado externo, escravista e monocultor.

Para garantir o sucesso da empresa colonizadora os colonos locais passaram a forçar os indígenas aos penosos trabalhos agrícolas: como não aceitavam a escravidão, constituiu-se rapidamente o mito da incompatibilidade do gentio com a agricultura e da “preguiça da raça”.

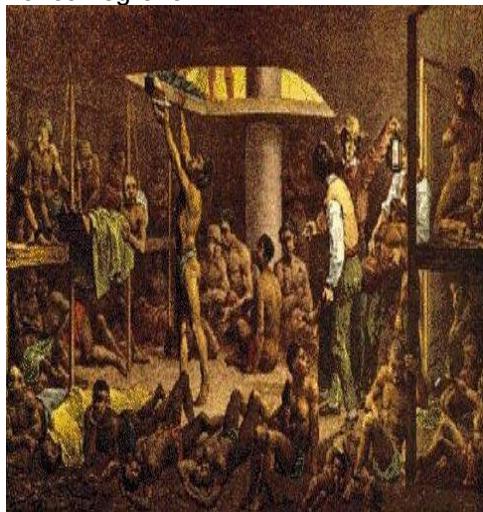
Na verdade os indígenas – como qualquer população não envolvida em circuitos mercantis – não entendiam a necessidade de se trabalhar duro para além das necessidades da subsistência.

As guerras cruéis e exterminadoras, forma consequência direta da implantação da agricultura colonial.

A partir de 1530 com o início da colonização, intensificam-se os processos migratórios para o Brasil, iniciado com a expedição de Martim Afonso de Sousa que trouxe em seus navios cerca de 400 homens para usar como força de trabalho nas terras do Novo Mundo.

Os europeus chegaram como conquistadores, impondo seus costumes, cultura e dominação sobre a população nativa. Agindo de forma etnocêntrica, tudo que fazia parte da cultura e costumes locais foram considerados bárbaros e primitivos, devidamente passível de mudança ou extermínio. Os imigrantes que vieram para o Brasil neste momento para garantir o sucesso da colonização eram brancos pobres, degredados e comerciantes cristãos novos e vinham em busca de riqueza, liberdade e do desconhecido.

Complementando o processo migratório, principalmente a partir de 1549 (com a chegada do Governo Geral), desenvolveu-se de forma crescente o tráfico negroiro.



O tráfico negroiro e a consequente generalização do trabalho compulsório no Brasil, relaciona-se diretamente com o processo de acumulação de capital na metrópole portuguesa, visto que a grande lavoura colonial não se preocupava em prover o sustento dos produtores, mas em produzir para o mercado.

A presença pluriétnica e multicultural no Brasil colonial, determinou um conflito, permitindo que negros e índios fossem subordinados e aviltados pelas conquistas, e utilizados como força de trabalho compulsória e conseqüentemente percebidos como “inferiores” pelos europeus conquistadores. Com o tempo num processo heterogêneo, variando em seus ritmos e alcances de região para região, deu-se a transferência desta percepção de “inferioridade” do índio vencido e do negro escravizado às etnias indígenas e africanas.

O sistema de estratificação sócio-étnicas resultante dessa percepção de “inferioridade”, ao adquirir base legal, tornou-se importante instrumento de justificação ideológica do trabalho forçado e da perpetuação da ordem social em vigor – em especial barrando o acesso a índios, negros e mestiços de certas profissões, vantagens sociais e regalias. Este fator mostra-se presente na própria constituição dos trabalhadores brasileiros, onde negros e mestiços encontram-se nas funções consideradas inferiorizadas e de menor remuneração.

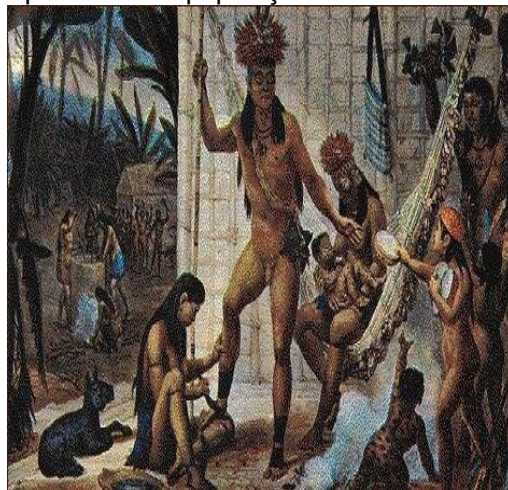
Nesse processo de colonização a metrópole desenvolveu uma especialização por área, de acordo com a “vocaçào” natural de cada região. Assim, no litoral do Nordeste foi estabelecida a estrutura do *plantation* açucareiro, na Amazônia desenvolveu-se o extrativismo das drogas do sertão e posteriormente, a mineração no Centro-Oeste, formando assim, diferentes mercados de trabalho e diversos contextos sociais.

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NAS TERRAS PRÉ-COLOMBIANAS: BRASIL

Povos Originários

CARACTERÍSTICAS SÓCIO-CULTURAIS:

Vários grupos etnicamente distintos habitavam o Brasil no período da conquista européia. No entanto, apenas grupos pertencentes ao estoque lingüístico tupi foram descritas de forma relativamente extensa e precisa. A razão desse fato é simples: os tupis entraram em contato com os portugueses em quase todas as regiões que estes tentaram ocupar e explorar colonialmente. E foram, ao mesmo tempo, a principal fonte de resistência organizada aos desígnios dos colonizadores e o melhor ponto de apoio entre as populações nativas.



Família de chefe Camacã.

Os tupis habitavam o litoral nas regiões dos atuais estados do Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão e Pará.

Praticavam a horticultura, a coleta, a caça e a pesca, possuindo equipamento material que permitia a realização dessas atividades econômicas. Essas atividades eram desenvolvidas sem nenhuma tentativa de preservação ou restabelecimento do equilíbrio da natureza. Por isso, a exaustão das áreas ocupadas exigia tanto o deslocamento periódico, dentro de mesma região, quanto o abandono dela a invasão de outras áreas, consideradas mais férteis e ricas de recursos naturais. O que quer dizer que a migração era utilizada como uma técnica de controle indireto da natureza pelo homem.

Quando se rompia o equilíbrio entre as necessidades alimentares e os recursos proporcionados pelo meio naturais circundantes, as populações se deslocavam de um modo ou outro. Em suma, a terra constituía o seu maior bem. O grau de domesticação do meio natural circundante, assegurado pelos artefatos e técnicas culturais de que dispunham, fazia com que a sua sobrevivência dependesse do meio intenso e direto do domínio ocasional ou permanente do espaço que ocupassem.

Esse domínio era exercido em termos do poder de uma unidade complexa que chamaremos de “grupo”, que abrangia certo número de unidades menores, as “aldeias” ou grupos locais, distanciados no espaço, mas unidas entre si por laços de parentesco e pelos interesses comuns que eles pressupunham, nas relações com a natureza. Na vida cotidiana, os indivíduos podiam agir, largamente, como membros da ordem existencial criada pelo grupo local. Mas, em assuntos relacionados com o deslocamento da tribo de uma região para outra, a circulação das mulheres entre as parentelas, a realização de uma expedição guerreira, os sacrifícios de inimigos etc., as ações eram reguladas pela preferida teia de interesses comuns.

Os grupos locais compunham-se, em média, de quatro a sete malocas ou de habitações coletivas. Estas eram dispostas no solo de modo a deixar uma área quadrangular livre, terreiro, bastante amplo para realização de cerimônias como reuniões do conselho de chefes, o massacre e a ingestão das vítimas, as atividades religiosas lideradas pelos pajés, as festas tribais etc., as quais muitas vezes também envolviam a participação dos membros dos grupos locais vizinhos.

As malocas teriam uma largura constante, variando seu comprimento de acordo com o número de moradores. Nela, viviam, segundo as estimativas mais baixas, de cinquenta a duzentos indivíduos, agrupadas nas subdivisões internas, reservadas aos lares polígono, de vinte a quarenta em cada maloca.

Em virtude da importância da natureza na economia tribal, a localização do grupo local na porção de território, dominado pela tribo que lhe era destinada, constituía um problema de ordem vital. Dela dependia o provimento fácil e contínuo de água potável, de lenha para cozinhar ou fornecer calor à noite, de mantimentos que precisavam ser obtidos em condições de segurança (por exemplo, pela proximidade de rios piscosos e da costa marítima, de terrenos férteis para a plantação, de bosques ricos de caça, etc.).

De acordo com informações de Gandavo, confirmadas por outras fontes, “em cada casa desta vivem todos muito conformes, sem haver nunca entre eles nenhuma diferença: antes são tão amigos uns dos outros, que o que é de um é de todos, e sempre de qualquer coisa que um coma, por pequena que seja todos os circundantes hão de participar dela”. O mesmo padrão

básico de cooperação vicinal aplicava-se às relações dos membros das malocas que faziam parte de um grupo local. Os produtos de caça, da pesca, da coleta e das atividades agrícolas pertenciam à parentela que os conseguisse. Não obstante, se houvesse escassez de mantimentos ou se fosse imperativo retribuir a presentes anteriores, eles eram divididos com os membros de outras parentelas, ou distribuídos entre os componentes de todo grupo local. Como escreve Léry, de acordo com outros autores da época, “mostram os selvagens sua caridade natural presenteando-se diariamente uns aos outros com veações, peixes, frutas e outros bens; e prezam de tal forma essa virtude, que morreriam de vergonha ao ver um vizinho sofrer falta do que possuem”.

A divisão do trabalho, nos grupos locais, obedecia a prescrições baseadas no sexo e na idade. As mulheres ocupavam-se com trabalhos agrícolas (desde o plantio e a sementeira até a conservação e a colheita) e com as atividades de coleta colaboravam nas pescarias, indo buscar o peixe flechado pelos homens, transportavam os produtos das caçadas, aprisionavam as formigas voadoras, fabricavam as farinhas, preparavam as raízes e o milho para a produção do cauim, incumbindo-se de salvação do milho, fabricavam o azeite de coco, fiavam o algodão e teciam as redes, traçavam os cestos e cuidavam de cerâmica, cuidavam dos animais domésticos, realizavam todos os serviços domésticos e dedicavam-se a outras tarefas como depilação e tatuagem dos homens pertencentes ao seu lar o catamento do piolho deles ou das mulheres do grupo doméstico, a preparação do corpo das vítimas humanas para a cerimônia de execução e para o repasto coletivo etc.

Os homens ocupavam-se com a derrubada e preparação da terra para a horticultura, praticavam a caça e a pesca, fabricavam as canoas, os arcos, as flechas, os tacapes e os adornos, obtinham o fogo por processo rudimentar, construíam as malocas, cofiavam a lenha, fabricavam redes lavradas e, como manifestação de carinho, podiam tatuar a mulher, auxiliá-la no parto etc. É claro que a proteção das mulheres, crianças e velhos era atividade masculina, bem como a realização de expedições guerreiras e o sacrifício de inimigos. As atividades xamanísticas também constituíam prerrogativas masculinas, embora existam referências esporádicas à participação das mulheres nestas atividades, bem como nas guerreiras. A mulher suportava uma carga extremamente pesada no sistema de ocupação. Mas prevalecia a interdependência de trabalhos e serviços, de modo que eles se completavam e amparavam mutuamente.

(HOLANDA, Sérgio Buarque de. In.: História Geral da Civilização Brasileira)

O indígena só tinha propriedade pessoal de suas armas e enfeites que partilhava todo o resto, principalmente os produtos da caça, pesca e coleta. Essa generosidade abrangia todos os que estivessem sob seu teto, mesmo seus inimigos, Léry acrescenta que seus inimigos preferiam as pessoas alegres, falantes e generosas e detestavam as tristes, de pouca conversa e avarentos.

Cercando a aldeia, ou taba, havia uma dupla paliçada. Enormes troncos de árvore eram enterrados ao solo, a pequena distância uns dos outros. Mal o inimigo aproximava-se e os valentes da tribo tomavam posição atrás dos troncos, de onde mandavam a morte, através de certas flechadas.

Os homens da comunidade eram de mediana estatura. Alguns andavam de tanga, outros nus, ou quase

inteiramente nus, com simples enfeites de penas. Nisto, aliás, eram inigualáveis os tupinambás. Enormes penas de arara vermelha ou de garça e canindé adornavam-lhe as cabeças, enquanto penas menores, também vermelhas, de guarás, serviam de braceletes e colares vistosos. No corpo, a maioria untava resina ou mel, onde colocavam penugem de alguns pássaros.

Famosos, também, entre os estrangeiros e colonizadores que os vendiam a preços altíssimos na Europa, foram os mantos de pena dos tupinambás. Tão grandes que desciam até o joelho. Quase uma túnica. Eram feitos, em geral, de penas de Íbis Rubra, e usados nas cerimônias e festas pelos chefes guerreiros ou os pajés.

Mas as mulheres tupinambás não se enfeitavam tanto. Dispensavam os mantos e até os diademas e braceletes. Limitavam-se a colocar penas diretamente no corpo e a tratarem dos cabelos, em geral muito compridos, penteando-os com as cascas de certos frutos, untando-os com óleo de coco e urucu.

Quanto a organização social a forma era patrilinear. O pai dava nome ao grupo e, bem assim, a todos os filhos de seus parentes, que eram também seus filhos.

Por outro lado, a distribuição dos poderes, em que pese o destaque pela força, coragem e destreza, era feita, comumente, entre os tupinambás, pela idade. Assim, os homens dividiam-se em seis classes, conforme a idade, sendo a primeira a da infância e a última a da velhice, formada pelo Conselho de Pajés.

Quanto às mulheres, que não tinham muitos direitos, senão deveres, eram divididas também em classes, desde as que faziam trabalhos domésticos ou se ocupavam da agricultura, até aquelas que fabricavam cauim ou faziam os ritos antropofágicos. Estas últimas eram as mais velhas do grupo, consideradas, portanto, em primeiro plano na ordem de importância.

Praticavam, assim, os tupinambás, uma espécie de comunismo primitivo, e a divisão do trabalho baseava-se em sexo e idade. O trabalho só atendia as necessidades de subsistência.

Por outro lado, era crença na comunidade, que a criança se formava no seio paterno, e à mãe, cabia apenas a responsabilidade de conservá-la no ventre por algum tempo. Por isso, os homens guardavam resguardo numa rede após o nascimento, e eram visitados e cumprimentados. Enquanto isto, as mulheres logo após o parto, entregavam-se aos misteres domésticos e aos deveres para com o grupo.

Expressivos, também, eram os ritos para festejar a puberdade feminina, bem como as cerimônias do noivado e do casamento entre eles.

Contudo, os laços do casamento eram muito frágeis, os tupinambás viviam em poligamia, embora a primeira mulher fosse sempre considerada a primeira esposa, à qual as outras deviam obediência.

(Texto extraído do livro Grão-pará: Resenha Histórica, QUINTHJANO, Ailton)